



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 146

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 146**

### **136ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofício ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 16

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Dep. Artagão Júnior ..... 19

Dep. Geraldo Cartário ..... 20

Dep. Professor Luizão ..... 22

Dep. Dr. Batista ..... 24

Dep. Caíto Quintana ..... 24

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 25

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 28

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário ..... 21

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 23

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Felipe Lucas ..... 30

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 31

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 32

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 34

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 35

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 37

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 38

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) ..... 40

Redação Final ..... 46

3ª Discussão ..... 46

2ª Discussão ..... 47

1ª Discussão ..... 47

Requerimentos ..... 49

**Encerramento da Sessão ..... 49**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 50

Atas de Comissão

Constituição e Justiça ..... 50

### **DIÁRIO Nº 146**

### **136ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM  
08 DE DEZEMBRO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofícios**

Sob o nº CEE/CC 2.166/08, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 332/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti; 174/08 do Deputado Ney Leprevost; 379/08 do Deputado Plauto Miró; 364/08 do Deputado Caíto Quintana; 242/08 do Deputado Elio Rusch; 350/08 do Deputado Nereu Moura; 394/08 do Deputado Nelson Justus; 368/08 do Deputado Stephanes Júnior; 366/08 do Deputado Alexandre Curi; 382/08 do Deputado Stephanes Júnior; 369/08 do Deputado Stephanes Júnior; 372/08 do Deputado Nelson Justus; 358/08 do Deputado Ney Leprevost; 335/08 do Deputado Nereu Moura; 383/08 do Deputado Edson Strapasson; 356/08 do Deputado Plauto Miró,

338/08 do Deputado Luiz Accorsi; 362/08 do Deputado Luiz Carlos Martins; 331/08 do Deputado Enio Verri; 117/08 do Deputado Augustinho Zucchi e 336/08 do Deputado Jonas Guimarães. **Ao conhecimento da Casa.**

**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 527/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Paçandu um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Governo do Estado tem grande interesse no atendimento do transporte escolar dentro dos municípios, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Educação, para que sejam destinados os recursos necessários visando a aquisição de ônibus que facilitará o transporte de alunos no município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 528/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Paçandu uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Governo do Estado tem grande interesse no desenvolvimento do seu projeto de incentivo à leitura e conhecimento dentro dos municípios, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, para que sejam destinados os recursos necessários visando a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã no município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 529/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do

Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santa Fé um (01) microônibus apropriado para o transporte escolar para ser conveniado com a APAE.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de um (01) microônibus apropriado para o transporte escolar, para ser conveniado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Governo do Estado pretende ampliar o seu atendimento a rede de ensino especial do estado, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Educação, para que através da Prefeitura Municipal de Santa Fé seja feita a aquisição de veículos para o transporte dos alunos da Escola de Especiais da APAE, no município de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 530/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Paçandu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 531/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Marialva uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Marialva de

uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Marialva.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 532/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Maringá uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Maringá de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 533/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Iguaraçu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Iguaraçu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## INDICAÇÃO Nº 534/08

## SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Lobato uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Lobato de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Lobato.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## INDICAÇÃO Nº 535/08

## SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Mandaguaçu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Mandaguaçu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Mandaguaçu

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## INDICAÇÃO Nº 536/08

## SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Floresta uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floresta de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Floresta.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## INDICAÇÃO Nº 537/08

## SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Santo Inácio uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santo Inácio de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## INDICAÇÃO Nº 538/08

## SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Uniflor uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Uniflor de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria

de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 539/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Jardim Alegre uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Jardim Alegre de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 540/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Borrazópolis uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Borrazópolis de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 541/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de

Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Inajá uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Inajá de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Inajá.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 542/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Colorado uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Colorado de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Colorado.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 543/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Munhoz de Mello uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Munhoz de Mello de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 544/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Doutor Camargo uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Doutor Camargo de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 545/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Floraí uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floraí de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Floraí.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 546/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ivaiporã uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivaiporã de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 547/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ivatuba uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivatuba de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 548/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ourizona uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do

Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ourizona de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ourizona.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 549/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Engenheiro Beltrão uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Engenheiro Beltrão de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 550/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Nossa Senhora das Graças uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Nossa Senhora das Graças de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recur-

sos necessários para a construção dessa unidade no município de Nossa Senhora das Graças.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 551/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Querência do Norte uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Querência do Norte de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 552/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Kaloré uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Kaloré de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 553/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de



Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Goioerê uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Goioerê de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 554/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Quarto Centenário uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Quarto Centenário de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 555/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Santa Fé uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da

mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 556/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Assaí uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Assaí de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Assaí.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 557/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Barra do Jacaré uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Barra do Jacaré de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 558/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de

Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Sarandi uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Sarandi de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 559/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Luiziana uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Luiziana de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 560/08

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Rancho Algre d'Oeste uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rancho Algre d'Oeste de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Rancho Algre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 162/08, item 01, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 3750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) DR. BATISTA

#### REQUERIMENTO Nº 3739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ao Presidente deste Legislativo, após ouvido o soberano Plenário, a liberação do grande expediente da Sessão Plenária do dia 16 de dezembro do corrente ano, para o Hospital Erasto Gaertner - Superintendente Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 3747

Senhor Presidente:

Os Deputados infra-assinados, membros da Comissão Especial encarregada de, no âmbito do programa de comemoração dos 155 Anos de Emancipação Política do Paraná, proceder à seleção de nomes para outorga do Prêmio "Estado do Paraná", vêm pelo presente requerimento; nos termos da Lei Estadual nº 9621/91, submeter ao Plenário a relação de nomes pré-escolhidos pela Subcomissão de Proposta de Nomes no âmbito da Comissão Organizadora dos 155 Anos de Emancipação Política do Paraná, conforme a seguir:

- Botânico Gert Hatschbach (Cientista)

- Enfermeira expedicionária Virgínia Leite (Voluntária Militar)

- Médico Moysés Paciornik (Saúde)  
Sala das Sessões, em 08/12/08.  
(aa) CIDA BORGHETTI  
FELIPE LUCAS  
EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 3738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Amarildo Bossi, ocorrido no último dia 30/11/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 32 anos de idade faleceu no dia 30/11/08, vítima de um terrível acidente automobilístico, o Sr. Amarildo Bossi, Sargento da Polícia Militar do município de Rio Negro-PR. Era filho de Antonio Bossi e Maria Nowak Bossi. Deixou esposa Fabiane e filha Maria Eduarda.

O passamento de Amarildo Bossi veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Aceite, pois dileto amigo Amarildo Bossi, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bossi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 3741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lucia Smiguel Faiad, 59 anos, que infelizmente deixa saudades ao seu esposo Antonio Faiad, seu filho Alexrande, seus familiares e amigos.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 3745

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosalino Mansuetto Salvadori, ocorrido no último dia 07 de dezembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento aos seus filhos: Gerson Salvadori e Ody Salvadori Sandy Saavedra.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Rosalino Mansuetto Salvadori nossos pêsames pela sua partida ocorrida no último dia 07/12/08, que deixa eternas saudades.

O gaúcho que foi Prefeito de Campo Mourão, nasceu em 1925, na localidade de Santa Bárbara, município de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Filho de João Batista Salvadori e Plácida Emilia Salvadori.

Em 1952, com apenas 28 anos de idade, deixou Lagoa Vermelha e transferiu-se para Campo Mourão.

Nesta primeira viagem, veio acompanhado com seu pai. Observaram durante um dia e meio as terras que pretendiam instalar uma serraria. De imediato, compraram as terras e cerca de um ano depois, com as máquinas instaladas, a serraria já estava em operação.

Em abril de 1953, vieram seus familiares. Trouxe sua esposa Adelaide - grávida de sete meses, e o filho Gérson. A menina Ody, nasceu no mês de junho, no hospital dos médicos José Carlos Ferreira e Manoel Andrade. Eles contrairam núpcias em 12/10/49.

Em 1963, Rosalino Mansuetto Salvadori já era um nome respeitado em Campo Mourão e na região. Simbolizava sucesso e empreendedorismo.

O sucesso empresarial era fruto de organização de suas empresas, pela sua visão de negócios e pela prosperidade que teve seus empreendimentos. Tinha um lema, galgado nas palavras: "capacidade de trabalho e honestidade pessoal".

Foi eleito Vereador em 1963 com 571 votos pelo PDC - Partido Democrático Cristão, que estava em fase de expansão no Paraná. Nas eleições de 1960 o PDC foi o responsável pela vitória de Ney Braga ao Palácio Iguaçu. Abrindo um novo ciclo na política paranaense.

Rosalino Salvadori foi o candidato a Vereador mais votado naquela acirrada eleição. Nela disputaram o cargo de Prefeito o jovem advogado Milton Luiz Pereira e o empresário Ivo Mário Trombini, pioneiro conceituado na cidade e Miguel Balabuch.

Na campanha daquele ano contou com a presença do Senador Juscelino Kubitschek, ex-Presidente da República. O comício foi realizado na praça Getúlio Vargas três dias antes do pleito. Mesmo com a presença de

JK, venceu o advogado Milton Luiz Pereira com 6054 votos contra 3130 do empresário Ivo Mário Trombini e 432 votos de Miguel Balabuch.

Em 05/12/63, Rosalino Salvadori tomou posse na função de Vereador, sendo eleito também Presidente da Câmara Municipal. Permaneceria por poucos meses na presidência do Legislativo.

Em 18/03/64, de acordo com a Emenda Constitucional 06/64, procedeu-se a escolha do cargo de Vice-Prefeito. Foram indicados os nomes de Horácio Amaral (pelo Vereador Zamir José Teixeira) e de Rosalino Salvadori (pelo Vereador Augustinho Vecchi). Feita a votação para preencher o cargo, ficou empatado com cinco votos cada candidato e um voto em branco.

Consultado o Tribunal Regional Eleitoral, foi eleito Rosalino Mansuetto Salvadori, através da Resolução nº 01/64, por ser um ano mais velho que Horácio Amaral. A posse do primeiro Vice-Prefeito de Campo Mourão ocorreu no dia 01/05/64 no Cine Plaza.

Em 1966, em 18 de setembro, foi criada a CODUSA - Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão. O primeiro Presidente da companhia foi o Vice-Prefeito Rosalino Salvadori. A empresa foi a responsável pelas obras do Mercado Municipal, da Estação Rodoviária e da pavimentação das vias públicas do centro da cidade, considerado na época o asfalto mais barato do Brasil.

Sua exemplar organização tornou os custos da Estação Rodoviária 75% do investimento autofinanciável. Em dezembro de 1966, Rosalino assumia a Prefeitura por 30 dias, com a licença do Prefeito Milton Luiz Pereira.

Em 28/04/68, o Prefeito Milton Luiz Pereira enviou mensagem ao Poder Legislativo, comunicando a sua renúncia ao cargo, para exercer a função de Juiz Federal Substituto do Paraná. Na data seguinte, a Câmara Municipal se reuniu e deu posse ao novo Prefeito.

Rosalino Salvadori assumia a função com grande responsabilidade perante a opinião pública, pois Campo Mourão tinha escolhido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) o “Município Modelo do Paraná”.

A despedida do ex-Prefeito Milton Luiz Pereira foi um dos maiores atos políticos e eufóricos da história de Campo Mourão. Ela foi marcada com a doação de um veículo fusca (único carro até hoje do ex-Prefeito) e até de uma galinha doada por um agricultor.

Em maio daquele ano, por proposição do Vereador Augustinho Vecchi, foi aprovado um voto de confiança ao novo Prefeito de Campo Mourão. Salvadori manteve um bom relacionamento com os Vereadores, participando de suas Sessões e prestando contas de seus atos.

No dia 07/08/67 encaminhou para apreciação dos Vereadores o projeto de lei que institui o Fundo Municipal de Ensino Superior destinado a manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Fundação Educacional de Campo Mourão. Mesmo a idéia não prosperando,

foi o primeiro passo para a implantação do ensino superior em Campo Mourão.

Como Prefeito, Rosalino Salvadori presidiu as festividades do 20º aniversário de Campo Mourão, marcadas com a inauguração da Estação Rodoviária e pela concessão do Título de Cidadão Honorário ao ex-Prefeito Milton Luiz Pereira. As festividades foram marcadas com vários eventos, entre eles, uma palestra do pintor Teodoro De Bonna, um dos ícones da pintura paranaense.

Com problemas de saúde, oficializou sua renúncia ao cargo de Prefeito em 05/02/68. Foi substituído pelo Presidente da Câmara, Augustinho Vecchi, que completou o mandato até 31/01/69, com a posse de Horácio Amaral.

Foi eleito Presidente da ACICAM - Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão no dia 06/02/69. Na presidência da entidade defendeu a criação de um parque industrial. “Um município da tamanha importância de Campo Mourão precisa logo de um distrito industrial, que dê desenvolvimento a um setor prioritário” disse na época. Presidiu a Associação Comercial de 1969 a 1970.

Foi fundador e Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Campo Mourão. Exerceu a convite do Prefeito José Pochapski, a presidência da FUÇAM - Fundação Educacional de Campo Mourão durante a administração 1983/1988.

Em 1967, a Salvadori Indústria e Comércio de Madeiras crescia em Campo Mourão. A empresa comercializava madeiras de pinho em geral e tinha filiais em Mamborê e Cascavel.

Naquele ano as receitas do grupo representavam 848 caminhões de produtos comercializados, ou seja, dois caminhões por dia. No final dos anos de 1970 fundou a COMASA - Comércio de Máquinas Salvadori, responsável pela comercialização de equipamentos agrícolas.

Paralelo a nova atividade, Rosalino mantém a Salvadori Indústria e Comércio e adquire novas terras no Paraná, Mato Grosso e no Paraguai. Os negócios estiveram em amplo crescimento até o final dos anos 90, quando se afastou devido a complicações de saúde.

Discreto, mantinha uma excelente relação com seus funcionários. Existem dezenas de relatos de pessoas que foram auxiliadas pelo empresário. Longe da arena política, acompanhou de perto todas as sucessões municipais.

Rosalino Mansuetto Salvadori faleceu aos 83 anos de idade, por problemas de saúde, que já vinha enfrentando durante alguns anos.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 3682**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Jussara, Ailton Vieira Mattos, e ao Presidente da Câmara, Vereador Simão Ferreira, em razão do 53º aniversário do município.

A comunidade de Jussara merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3683**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de São Jorge do Ivaí, Milton Muzulon e ao Presidente da Câmara, Vereador Cesar Miguel Candeo dos Santos, em razão do 53º aniversário do município.

A comunidade de São Jorge do Ivaí merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3684**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Mandaguaçu, José Antonio Gargantini, e ao Presidente da Câmara, Vereador Artur Emilio de Azevedo, em razão do 56º aniversário do município.

A comunidade de Mandaguaçu merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3685**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Astorga, Carlos Abraão Keide, e ao Presidente da Câmara, Vereador José Marcos Pastor Sanches, em razão do 57º aniversário do município.

A comunidade astorguense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3686**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Colorado, Marcos José Consalter de Mello e ao Presidente da Câmara, Vereador Valdir Xavier Fonseca, em razão do 54º aniversário do município.

A comunidade colorense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3687**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Doutor Camargo, Alcídio Delapria, e ao Presidente da Câmara, Vereador Edenilson Fanti, em razão do 44º aniversário do município.

A comunidade de Doutor Camargo merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3688**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Prefeita do município de Nova Esperança, Maly Angela Silveira Benatti, e ao Presidente da Câmara, Vereador Devair Galani, em razão do 56º aniversário do município.

A comunidade de Nova Esperança merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3689**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Santa Fé, Fernando Brambila, e ao Presidente da Câmara, Vereador Helton Juvencis da Silva, em razão do 55º aniversário do município.

A comunidade de Sana Fé merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3690

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Paranavaí, Maurício Yamakawa e ao Presidente da Câmara, Vereador Joaquim Aurélio da Conceição, em razão do 56º aniversário do município.

A comunidade de Paranavaí merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pelos 90 (noventa) anos de circulação.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) MAURO MORAES

#### REQUERIMENTO Nº 3740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Associação das Empresas da Cidade Industrial de Araucária, pelos seus 25 anos de constituição.

Requer ainda, envio de cópia à Ilma. Sra. Fanny Solange Busato Batista, Presidente da AECIAR.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3746

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Sr. Ilivaldo Duarte, pela respeitável marca de 800 (oitocentos) programas Tocando de Primeira apresentados na Rádio Rural - AM de Campo Mourão.

O Sr. Ilivaldo alcançou na data de 15/11/08 a marca inédita na imprensa mourãoense do programa de nº 800 (octingentésimo). O programa de rádio é apresentado todos os sábados, com duração de duas horas há mais de 15 (quinze) anos, ininterruptamente. Nas ondas médias do rádio mourãoense o Sr. Ilivaldo leva a todos as suas notícias esportivas e de cultura geral, com toques de polêmica e pitadas de humor. Equivocadamente constou o nome Tocando em Frente no requerimento anterior, o qual busca-se, neste novo pedido, a correção.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Ilivaldo Duarte em seu endereço residencial e Rádio Rural - AM.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pelo Sr. Ilivaldo Duarte que tem, de forma brilhante, conduzido o Programa Tocando de Primeira na Rádio Rural - AM de Campo Mourão.

O programa de nº 800 (octingentésimo) representa um verdadeiro marco no jornalismo mourãoense e paranaense. Pedagogo, bacharel em Direito e jornalista, o Sr. Ilivaldo é membro de destaque na sociedade que o reconhece pela seriedade, competência, elevadíssima cultura e poder de comunicação. O atingimento desta marca inédita na imprensa mourãoense, é a prova inequívoca de seus atributos. O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática social do Sr. Ilivaldo sempre representará um orgulho para o município de Campo Mourão e para toda a região e, sem dúvida alguma, a sua regularidade e constância representa com toda a sua excelência e qualidade profissional e exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3697

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Karina Viana Contin.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo pela sua eleição ao cargo de Diretora da Escola Municipal Senador Enéas Faria.

#### REQUERIMENTO Nº 3698

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Wired Comunicação, na pessoa de Roberto Orlando.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Wired Comunicação é uma empresa conectada com todas as necessidades, onde existe proximidade, como uma relação entre amigos, seriedade e confiança.

- Com apenas 1 ano de vida foi conquistado o Top de Marketing.

- Levaram a Unibrasil de 12º para o 1º lugar em volume de inscrições dentre as universidades privadas de Curitiba, incluindo a PUC.

- Foi garantido, para a Unibrasil, aumento de 150% de inscrições no vestibular de verão 2007 e quase 100% no de inverno.

- Para a Prefeitura de Cascavel, foi construído um case vitorioso com as Farmácias Populares.

Parabenizo pela maneira eficiente, competente e cortês, atuando sempre de forma ímpar, com total desvelo no atendimento aos clientes.

#### REQUERIMENTO Nº 3699

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Mantuanni Casa, na pessoa de Eliana Veiga e Dirceu Veiga

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Mantuanni Casa é o novo espaço para a casa de Curitiba. A loja com mais de 1.800 m<sup>2</sup>, comercializará várias marcas. Os objetos e móveis estarão expostos em ambientes exclusivos. Serão salas de jantar, estar, quartos, além do espaço masculino com mesas de bilhar e adega.

#### REQUERIMENTO Nº 3700

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao decorador Lupércio Manoel e Souza.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Decorador e cenógrafo, Lupércio Manoel e Souza atua há mais de 20 anos com projetos de decoração e há mais de cinco também com eventos corporativos. Formado em Sociologia, é um autodidata que busca inspiração nas cores e no conhecimento adquirido em constantes viagens ao exterior.

Seu trabalho já foi pauta de revistas renomadas como Vogue Nacional, Espaço D, Caras Especial, Top View, além de vários outros cadernos de arquitetura e decoração de jornais de grande circulação em todo o país.

Parabenizo pela forma eficiente, atuando sempre de forma ímpar, com dedicação e com total desvelo no atendimento e bem-estar dos clientes, respeitando os anseios das pessoas e levando em consideração seus hábitos e costumes.

#### REQUERIMENTO Nº 3701

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações pelos 30 anos da EMBRAPA, na pessoa de seu Chefe-Geral Sr. Helton Damin da Silva.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1973 para enfrentar os desafios da agricultura brasileira, em 1978 a EMBRAPA passou a pesquisar também a questão florestal. Na época, quatro de suas unidades em diferentes locais do país foram instigadas a assumir o desafio: Belém/PA, Petrolina/PE, Planaltina/DF e Colombo/PR, onde foi criada a Unidade Regional de Pesquisa Florestal Centro-Sul, hoje, EMBRAPA Florestas.

A EMBRAPA Florestas é uma unidade da EMBRAPA Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está localizada em Colombo, na região metropolitana de Curitiba, Paraná.

Sua missão é viabilizar soluções de pesquisa desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade florestal em benefício da sociedade brasileira. Sua visão de futuro é ser um centro de excelência na geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção florestal sustentável e a conservação e uso da biodiversidade brasileira.

Parabenizo pelos 30 anos da EMBRAPA Florestas, pelo excelente trabalho, sempre contribuindo para o cumprimento de centros de pesquisas que é viabilizar soluções para o desenvolvimento, por meio da geração, inovação, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias.

#### REQUERIMENTO Nº 3702

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao setor de Cardiopediatria do Hospital Cardiológico Costantini, em nome do Dr. Constantino R. Costantini e Dr. Alessandro Costantini.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Cardiológico Costantini é uma organização de referência na sociedade, possuindo os melhores profissionais em todas as áreas (médica e de apoio), mantendo a sustentabilidade institucional.

Parabenizo pelo novo setor de Cardiopediatria do Hospital Cardiológico Costantini, oferecendo uma medicina ética e de resultados, oferecendo serviços rápidos, seguros, eficazes e humanizados na área da cardiologia.

#### REQUERIMENTO Nº 3737

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao SECRASO/PR pelos 20 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao SECRASO/PR - Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência

Social, de Orientação e Formação Profissional do Paraná, que comemora nesta data 20 anos de fundação, na pessoa de seu Presidente Milton Garcia, que vem ao longo deste tempo cumprindo seus objetivos, prestando informação, orientação e esclarecimento no acompanhamento dos interesses de seus associados e da categoria em geral, participando em negociações individuais e coletivas com sindicatos profissionais das mais diversas áreas, fornecendo orientação administrativa, técnica e fiscal aos seus filiados e promovendo treinamento e formação às inúmeras entidades que compõem o seu quadro associativo.

#### REQUERIMENTO Nº 3694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Governo do Estado solicitando à Secretaria de Estado da Saúde o urgente credenciamento do ISPOM - Instituto Paranaense de Oncologia de Ponta Grossa, tendo em vista pacientes para tratamento de anemia, leucemia e câncer necessitam vir a Curitiba para tratamento adequado.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Governo do Estado, solicitando à Secretaria de Estado da Segurança Pública, enviar com urgência mais efetivo da Polícia Civil e Militar, tendo em vista que os atuais funcionários encontram-se doentes, estando o Delegado sozinho para atender a Delegacia no município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência o aumento do efetivo de policiais militares nas áreas rurais para a região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 3691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando sejam encaminhados a este Parlamentar os seguintes documentos e informa-

ções do DETRAN/PR, referentes à receita proveniente de multas de trânsito no município de Ponta Grossa:

- quais os valores arrecadados, provenientes de multa de trânsito e quanto desses valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008;

- quais os valores arrecadados em multas por estacionamento proibido - Zona Azul e quanto desses valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008;

- quais os valores arrecadados em multas de radares e lombadas eletrônicas, e quanto desses valores foram repassados a Prefeitura de Ponta Grossa, ano a ano, de 2003 a 2008.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 3744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com base no disposto da Lei nº 14286, de 09/02/04, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, através da COPEL, solicitando as seguintes informações:

- quais as sociedades e consórcios que a COPEL permanece como sócia minoritária, com detalhamento da estrutura societária;

- II - quais as ações que vêm sendo adotadas pela COPEL para aquisição do controle acionário nestas sociedades e consórcios, com detalhamento;

- III - relação de sociedades e consórcios em que é possível a separação dos ativos, de modo a preservar o patrimônio da COPEL, nos casos de impossibilidade de aquisição do controle acionário.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 3743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER a inclusão nos Anais desta Casa de Leis o artigo intitulado "A monumental arrecadação do pedágio em 10 anos", publicado na Folha de Londrina, no dia 07/12/08.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 534/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Dá nova redação aos artigos 12, "h", e 13, parágrafo 1º, da Lei nº 12327, de 21/09/98:



“Art. 12...

h) credenciar até dois prepostos para atuarem como auxiliares em suas atividades”.

“Art. 13...

§ 1º Cada Despachante de Trânsito credenciado poderá indicar até dois prepostos para o respectivo credenciamento.”

Art. 2º Acrescenta letra “I” ao artigo 12, da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art...

I) vistoriar, colocar e lacrar placas em todos os veículos”.

Art. 3º Acrescenta parágrafos ao artigo 13, da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 13...

§ 9º Vistoriar, colocar e lacrar placas em veículos.

§ 10. No caso de doença ou falecimento do titular, suceder-lhe-á o preposto, desde que cumpridas as seguintes condições:

a) estar há dois anos, no mínimo nas funções de preposto;

b) habilitar-se em curso de formação específico;

c) cumprir os requisitos para a função.”

Art. 4º Dá nova redação ao artigo 15, “c” da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 15...

c) é vedada a acumulação das funções e atividades de Despachante com cargo público remunerado, exceto nos casos de cargo de professor ou profissional de saúde, com profissão regulamentada.”

Art. 5º Inclua-se no artigo 15 da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 15...

g) não se inclui entre as vedações o exercício de atividades de monitoria, docência, instrução, supervisão e/ou direção de centro de formação de condutores ou auto-escola;

h) o exercício do mandato de Vereador não gera impedimento para o desempenho das funções e atividades de Despachante, havendo compatibilidade de horários.”

Art. 6º Dá nova redação ao artigo 16, “f” da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 16...

f) permutar local de atuação, inclusive em caráter permanente, com Despachante de outro município.”

Art. 7º Inclua-se no artigo 16 da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 16...

g) o Despachante e seus prepostos deverão portar credencial funcional de identificação, expedida pelo DETRAN em que conste nome completo, número do registro funcional, RG, e ainda o brasão do estado do Paraná.”

Art. 8º Dá nova redação ao artigo 24, parágrafo 2º da Lei nº 12327, de 21/09/98:

“Art. 24...

§ 2º O recurso contra a pena que aplicar a cassação de credencial será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.”

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto na letra “e” do artigo 12 da Lei nº 12327, de 21/09/98.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar a legislação sobre as atividades de Despachante junto ao DETRAN, sobretudo a Lei nº 12327, de 21/09/98.

Sendo uma atividade de caráter privado, as funções de Despachante junto ao DETRAN, não podem ser regidas por vedações que atingem o servidor público na forma da Constituição Federal, em especial do artigo 37, XVI.

De outro lado, é necessário que se conceda formalidade adequada às funções, evitando-se casuísmos desnecessários e ao mesmo tempo estabelecendo regras comportamentais e funcionais que se adequem à nova realidade sócio-política e jurídica do país.

As alterações pretendidas na legislação são não só pertinentes, como também são alcançadas pela legitimidade legal e constitucional.

PROJETO DE LEI Nº 535/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Vida Digna e Solidária - INVIDAS, com sede e foro no município de Piraquara, neste estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/12/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A INVIDAS tem por finalidades prestar assistência social, cultural, educacional e ambiental à comunidade de Piraquara, em especial assistência e educação profissional às crianças e adolescentes da localidade Planta Deodoro, deste município, colaborando com esta comunidade na preservação e divulgação de seus eventos e, principalmente oferecendo recursos para sua subsistência auto-suficiente.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

## ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Dr. Batista, Deputada Luciana Rafagnin, Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes e telespectadores que nos dão a honra de acompanhar as Sessões desta Casa, através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Na abertura da Sessão de hoje apenas 16 Deputados. Creio que uma boa parte deles cansou demais no final de semana. Às vezes o descanso acaba cansando. A pessoa fica sem ter o que fazer, fica cansada e acaba “matando” a Sessão nesta Casa. O que é lamentável, porque pedimos o voto do povo, com o compromisso de comparecer nesta Casa, para trabalhar e defender a população do Paraná. Daqui a pouco vamos entrar de férias, o recesso. O Deputado vai ter muito tempo para viajar para o exterior, para aonde ele quiser, para a sua base eleitoral. Neste momento, a obrigação de cada Parlamentar é honrar o voto que recebeu do povo, e até de quem não recebeu. Porque o Deputado está aqui para servir todo o Paraná. Então, ele tem que respeitar quem votou e quem não votou nele, e acima de tudo o mandato.

Presidente, hoje os ventos sopraram mais favoráveis no tocante à crise mundial. O novo Presidente dos Estados Unidos, que ainda não tomou posse, acenou com uma grande ajuda para as montadoras. Bolsas de Valores do mundo inteiro subiram. Mas o desemprego, em especial no Brasil e particularmente no Paraná, continua assustando.

Temos aqui uma matéria tirada da internet, está na imprensa nacional, que no Ano Novo, que começa daqui a três semanas, vamos ter mais de 1 milhão de brasileiros e brasileiras na idade de trabalhar, com vontade de trabalhar, mas que infelizmente não vão conseguir emprego. Meu Deus, é aquela história: trabalhando, o salário muitas vezes é pouco e não permite ao trabalhador oferecer a ele próprio e à sua família um padrão de vida razoável, fico imaginando quem não está trabalhando e quem tem uma família para manter: a luz, a água, o telefone, o gás, a roupa, o sapato, a comida, o aluguel, o transporte para ele procurar emprego.

Acho que o Governo e as Prefeituras deveriam criar vale do desempregado. Porque se a pessoa está desempregada e sair a pé aqui em Curitiba, Londrina, nas grandes cidades, atrás de emprego, de bicicleta, ele vai chegar transpirando, as portas vão fechar e ele será refugiado. Ele tem que chegar pelo menos com banho tomado, com roupa de luxo. O empregador, ou quem seleciona, o pessoal do RH, vai olhar muito se a pessoa está com o

cabelo penteadinho, se não está cheirando mal. Se a pessoa tem que andar cinco, 10 quilômetros a pé, de porta em porta procurando emprego, é lógico, é natural que ela vai chegar transpirando. Aí ela já leva desvantagem e perde o emprego.

Então, Presidente, esta notícia do desemprego é a notícia ruim e que marca esse final de ano, a proximidade da chegada do próximo ano. Aqui no Brasil, sob a responsabilidade do Lula, a crise continua ameaçando mais de 1 milhão de trabalhadores que vão ficar sem emprego. Isso é muito triste. Que Deus abençoe e ilumine nossos governantes, nossos empresários, a classe trabalhadora, que corra tudo bem.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Que possa correr tudo bem com o empresariado para que novas e novas portas e oportunidades se abram para essa gente, esses irmãos brasileiros, que naturalmente estão apreensivos com a proximidade do Natal e a inquietação de como será a vida no próximo ano.

Quero, Presidente Nelson Justus, torcer e torcer bastante para que esta crise seja resolvida.

Bem, o Atlético Paranaense ontem, num grande espetáculo na Arena da Baixada, conseguiu impor uma goleada de 5x3 para o Flamengo. A estrela do jogo foi o treinador Geninho. Parabéns à diretoria do Atlético, ao treinador, ao preparador físico, aos jogadores, à torcida e ao Paraná, porque vão continuar o Atlético e o Coritiba na principal divisão do futebol brasileiro. Um grande jogo, uma grande vitória do Atlético.

Em nível de Brasil, o tricolor do Morumbi, o São Paulo, que não é novidade, seis vezes campeão brasileiro, três campeonatos seguidos e o que me impressionou é que no time do São Paulo nunca vi tantos jogadores que saíram aqui do Paraná e estão no São Paulo. Estava ouvindo uma programação hoje na CBN e não sei se contei errado, mas contei uns cinco ou seis jogadores do São Paulo que nasceram ou moraram aqui no Paraná.

Mas, Presidente, aqui não é tribuna para se falar de título esportivo. Estamos colocando o São Paulo como campeão para lembrar o episódio triste que ocorreu bem pertinho do Presidente Lula, em Brasília, onde se deu o jogo final do São Paulo para a conquista do título. Com um gol de impedimento o São Paulo ganhou do Goiás. E o que aconteceu, antecedendo o início da partida? Um tumulto entre torcedores dos dois times, que foram ao Estádio do Gama, uns para torcerem para o São Paulo, outros para torcerem para o Goiás porque torcendo para o Goiás estavam torcendo para o Grêmio ser campeão, e naquele tumulto acabou tendo o envolvimento da Polícia Militar. E um Sargento, que não é um policial qualquer porque para chegar a Sargento ele fez treinamento, deveria ser responsável. O que fez esse militar? Saca do revólver, dá um tiro e deixa entre a vida e a morte um jovem. Atirou, pelo jeito, para matar, um torcedor do São Paulo

está em estado de coma, respirando por aparelhos, está entre a vida e a morte. Esse Sargento, na nossa opinião, foi totalmente irresponsável.

Eu me lembro, nobres Pares, quando fui ao Japão, quando fui à Inglaterra, Polícia não sai na rua exibindo revólver, exibindo metralhadora. E aqui nosso respeito à Polícia, todo apoio à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Polícia Federal, mas nada se justifica, de repente, num estádio de futebol o militar estar com aquele baita revólver na cintura. Para quê? Ele está indo ali para quê? Preparado para atirar, para matar se houver tumulto, se ele sabe que não vai poder atirar? Ah, meu Deus do Céu!

Então, Sr. Presidente, o exemplo do Japão, da Inglaterra, deveria ser seguido também no Brasil e também no Paraná. Tem um jogo como ontem, Atlético e Flamengo, o policial que vá com cacete, com bomba de efeito moral, se tiver que espalhar torcedor que está se metendo em confusão, mas jamais levar revólver cheio de bala no tambor para ficar atirando. Isso não é a primeira vez. E se não houver uma alteração vai continuar acontecendo mais tragédia, mais torcedor morrendo, mais gente morrendo em grandes eventos. Se a Polícia tem que estar preparada, fique um determinado grupo de policiais num toldo específico, longe da multidão. Se houver um tumulto que necessite até do emprego da arma - creio que isso não seja necessário - que esse pelotão seja chamado.

Agora, você estar, Deputado Ney Leprevost, você está ali na arquibancada, assistindo o jogo do Atlético, e o policial do teu lado com um revólver - você não sabe se o cara é louco - de repente ataca. Uma vez um Coronel da Polícia, no nordeste, estava dentro de um ônibus, mandou parar o ônibus, mandou os passageiros descerem e atirou, matou cinco, seis. O cara era louco. Como que você vai ter convicção, certeza que o militar que está com aquele revólver na cintura não tem problema mental e de repente, até para aparecer na Globo, aparecer nos canais de TV, nos programas policiais, que ele não vai sacar da arma ali e sair atirando na multidão. Gente com problema mental tem em todo canto.

Volto a repetir, Sr. Presidente, o respeito ao trabalho nobre, importante que cada policial desenvolve na guarda da população, na segurança de todos nós. Mas, creio que esse sistema do Japão e da Inglaterra, em que você encontra o policial na rua, ele está até com o cacete pendurado ali, mais jamais com revólver, jamais com metralhadora.

Outro dia, Deputado Ney Leprevost, eu estava passando de carro perto do Passeio Público e de repente passou um carro da Polícia, uma ronda, deveria estar atrás de algum assaltante de banco, sei lá, e os policiais com as metralhadoras pela janela, do lado de fora do carro, e o carro passando em alta velocidade. De repente o motorista da viatura policial poderia ter batido o carro, o policial apertar sem querer e, de repente, a metralhadora mandar bala para todo lado, matar alguém na calçada.

Quer dizer, é uma falta de treinamento, creio, do Comando, dos superiores, porque nada justifica, volto a

repetir, num jogo que estava decidindo um título de campeão brasileiro de futebol, como ontem em Brasília, capital do nosso país, pertinho da casa do Presidente Lula, pertinho da casa do Ministro da Justiça, perto dos apartamentos dos Senadores, dos Deputados e de repente não era um Soldado que estava iniciando a sua carreira, mas um Sargento, totalmente despreparado, quem sabe até mais preparado e mais com vontade para atirar, para matar, para ver confusão, o Sargento atira e esse jovem torcedor corre um sério risco de perder a vida.

Então, voltamos a repetir e a frisar, numa feira agropecuária, num grande evento, até num show, num espetáculo, num teatro, num show musical, num estádio de futebol, na minha visão o policial não tem que ficar no meio do povo com revólver na cintura, não, porque parece que o diabo sempre atenta aquele que está armado.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da vida, em nome da serenidade, em nome até do direito que todo mundo tem de poder ir a um estádio de futebol e não sair dali para o cemitério, para o hospital ou para o Instituto Médico Legal, é que nós aqui criticamos esse uso inadequado de armamento por parte de alguns policiais sem qualquer treinamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, o Deputado Artagão de Mattos Leão.

### ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos visitantes.

Subo na tribuna nesta tarde, de forma muito rápida e objetiva, para tecer alguns comentários sobre o Seminário a respeito da crise mundial, que está sendo promovido pelo Governo do Estado e ocorrendo, desde ontem, no Canal da Música. Tive a oportunidade de lá estar durante esta manhã, escutando algumas manifestações. Tinha lá um representante da Rússia, um representante do México, e também estava lá o Senador Aloísio Mercadante, que fez uma bela explanação do cenário da crise. Alguns detalhes me chamaram a atenção, dos números apresentados pelo Senador.

Queria aproveitar esta tarde, Presidente Nelson Justus, para inclusive sugerir, quem sabe, a vinda - Deputado Péricles, V. Exa., que hoje ocupa a Liderança do PT - do Senador nesta Casa, o Senador Aloísio Mercadante, para que ele pudesse fazer a explanação que lá desenvolveu, aqui nesta Casa de Leis. Porque é uma explanação muito qualificada. Slides com números, com gráficos, a respeito da evolução dos últimos anos, e alguma comparação fazia o Senador com a crise de 1929, que na prática foi a maior crise vivida pelo nosso país. Naquela oportunidade, em 1929, foi uma crise de grande alcance, as pessoas lembram somente do ano de 1929 e da crise de 1929. Citava o Senador Mercadante que o PIB Nacional

só superou o PIB de 1929 e 1939. Ele citava esses detalhes, esses números, dando a magnitude, o alcance da crise. A crise não é só de 2008, como não foi só de 1929. Ela só recuperou o PIB Interno, o nosso mercado, a nossa economia só veio a superar a de 1929, 10 anos depois.

Os Estados Unidos tiveram uma redução na geração de empregos de 25% durante aproximadamente 10 anos, também, depois da crise de 1929. Essa crise que hoje já se apresentou ao Mundo e ao país, é maior, que se não me falha a memória dos números, Presidente Nelson Justus, na crise de 1929 a Bolsa caiu algo em torno de 43%, 44%. Hoje ela já chegou na casa dos 48%, 49% de queda.

Essa crise, sem dúvida, pelos números apresentados, pelo Senador, são números que demonstram uma crise muito maior do que aquela por nós experimentada.

Essa explanação, Sr. Presidente, entendo que seja importante para que todos nós possamos acompanhar. Se puderem os Deputados do PT, Deputada Luciana, Deputado Péricles e o Deputado Elton que aqui estão, contatar o Senador e sugerir ao nosso Presidente, como eu já faço neste momento, a vinda do Senador aqui, que faça essa mesma apresentação, com esses mesmos slides, porque sem dúvida alguma é uma crise preocupante.

Nós tivemos lá, durante a manhã, quatro palestrantes, mas sem dúvida a palestra do Senador com os gráficos apresentados, demonstra com maior facilidade o nível e a gravidade dos problemas que enfrentamos neste momento.

O crescimento médio da economia no nosso país nos últimos quatro, cinco anos, girava na casa 4, 5%. A projeção atual, em função dos relatórios do último trimestre, já são para cair na casa dos 2,2% o crescimento. E sem dúvida nenhuma, citavam os palestrantes hoje pela manhã, que com o próximo relatório, que deve ser pior ainda, devemos cair ainda esses índices.

Na geração e na construção de automóveis, zera-mos o índice de crescimento em outubro, em novembro caímos 28,9% na produção e comercialização de veículos. E a tendência é que no mês de dezembro venha a ser ainda pior.

A crise é grave. E essa palestra, com esses gráficos, quem sabe possa ser apresentada aqui, para que todos nós possamos aproveitar. Evidentemente, que não tenho o conhecimento apresentando pelo Senador naquele momento, mas aqueles gráficos e aqueles números são importantes, nos dão uma visão da amplitude da crise. Vale a pena nos informarmos, vale a pena nos preocuparmos um pouco mais. E o Seminário lá feito é de qualidade, onde pude observar palestrantes preocupados com o cenário da crise mundial, que pelos números já apresentados é maior do que a crise de 1929.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Geraldo Cartário.

## ***Deputado Geraldo Cartário (PDT)***

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje gostaria de falar sobre a reforma tributária. Visto que nesta reforma tributária, até provem contrário, quem vai pegar a conta é precisamente aquele imposto embutido na conta da água, na conta da luz. Aí, fazendo uma reflexão sobre o aumento de impostos, cheguei à conclusão, os nossos governantes dos últimos anos não têm demonstrado grande criatividade para governar os estados brasileiros. A criatividade maior de um Governador está precisamente em aumentar impostos, em mudar as alíquotas de imposto.

Lembro com muita saudade, Sr. Presidente, de Governadores que mudaram o perfil econômico do estado. Lembro, por exemplo, do Governador Jaime Canet Júnior. Ele foi o Governador que integrou Curitiba aos municípios do estado do Paraná. Você saía de uma cidade e não tinha asfalto para chegar à outra. Lembro quando começou o asfalto lá por Umuarama, Xambrê, Pérola, Altônia, Icaraíma, Assis Chateaubriand, Toledo, era realmente, uma integração importante que o Paraná estava fazendo. Agora os governantes estão usando precisamente o dinheiro que inteligentemente o Governador Ney Braga implantou o programa chamado Paraná Urbano. Aí, quando o Governador Ney Braga chamou o Saul Raiz e criou a Secretaria de Desenvolvimento do Paraná, lá foi criado um programa específico para se garantir o homem no campo.

Sr. Presidente, os Governadores daquela época será que eram loucos, incompetentes? Mas foram eles que desenvolveram o Paraná!

Hoje nós ouvimos pelos jornais o Paraná Urbano chamando os Prefeitos e praticamente obrigando os Prefeitos a assinar convênios, assinar a própria dívida do seu município para embelezar a cidade, muitas vezes para fazer asfalto. Mas na zona rural não está acontecendo nada. Município de 5 mil habitantes está com 10 mil habitantes, município de 30 mil habitantes está com 15, município de 10 mil habitantes está com 2 mil habitantes, porque ainda chamam o Prefeito de 2 mil habitantes no município no Paraná Urbano, para continuarem endividando o seu município.

Esta Assembléia também tem culpa no cartório, sim. Esta Assembléia aprovou o projeto que o atual Governador do Estado sancionou dos royalties. Pergunto aos Srs. Deputados: qual é o Prefeito que mandou o relatório para esta Casa dizendo onde aplicou o dinheiro dos royalties? E esse dinheiro está saindo de todos os municípios, do bolo do ICMS que é jogado e aí sai a parte para os municípios que se habilitam nos royalties. O que é isso dos royalties, Deputado Cheida? V. Exa. que foi da Secretaria do Meio Ambiente, algum Prefeito falando, ou que a Assembléia aprovou e que o Governador sancionou a lei: "Está aqui, construí isso com o dinheiro dos royalties." Conheço casos onde o Prefeito passou o dinheiro

para a Câmara para comprar um automóvel novo para os Srs. Vereadores. Conheço, porque o dinheiro é embolado no ICMS que chega aos municípios, ele não é um dinheiro carimbado.

Esta Casa aprovou o projeto do Deputado Neivo Beraldin. Ele recebeu título de Cidadão Honorário em todos os municípios que foram aquinhoados com este volumoso dinheiro criado de cidades que não têm a preservação ambiental, mas esses municípios que estão pegando, porque o Governador Requião, inteligentemente fez o seguinte. Ele falou: “Já que a Assembléia aprovou, que o dinheiro saia dos municípios, mas não da parte do Governo do Estado”. Ou seja, os 75% do estado, ficou intocável o dinheiro, e os 25% foram tirados dos municípios para se aquinhoarem esses municípios com o projeto dos royalties do meio ambiente, que vergonhosamente esse dinheiro não é carimbado, esse dinheiro não é usado como um todo.

Estamos vivendo o caso de Santa Catarina, onde há necessidade de preservar as grandes cidades. Pergunto: está se falando de metrô em Curitiba, mas é as áreas da periferia de Curitiba, que se chover como choveu em Santa Catarina, vão poder ali ficar com as suas moradias? Eu era Prefeito em 1982 e 1983, houve aqui no Paraná, inclusive no nosso município, uma destruição total. A partir daí, nunca deixamos de construir casas aonde foram alagadas aquelas áreas.

Hoje estamos sentindo que os Governantes falam em reforma tributária. Mas para onde vai esse dinheiro? Tem algum projeto específico para levarmos ao nosso interior, aonde tinha 30 mil habitantes e tem só 10, levar esse pessoal, de novo, para lá? Ou pelo menos que ali fiquem.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PDT***

Srs. Deputados, é uma enganação. Agora estão falando em entregar 1 mil ônibus para os municípios. Mil ônibus que certamente vão trazer doentes para o Hospital Angelina Caron. Porque o Hospital Angelina Caron está recebendo gente da sua e da minha região, Deputado Luiz Eduardo Cheida. Por quê? Será que Londrina, V. Exa. que é médico, Londrina não tem competência para ter um hospital, para que as ambulâncias de lá não venham para o Angelina Caron, que é um hospital particular? E a Deputada Cida Borghetti: Maringá não tem competência para absorver aquela região com os doentes? Tem que vir para o Hospital Angelina Caron? E nós vamos aprovar uma reforma tributária sem saber o porquê? Por que estamos votando esta reforma tributária? Vai beneficiar a quem? Ao dono do Supermercado Muffatão, que esteve aqui, desfilando, como se fosse o Obama? É isso? Desde quando temos que beijar as botas de supermercado? Desde quando temos que beijar a mão de Imperadores, que têm dinheiro e chegam aqui querendo nos assustar? Qual a razão desta reforma tributária, Sr. Presidente e Srs.

Deputados? O que o povo está levando de vantagem? O que os Prefeitos estão levando de vantagem?

Qual é o perfil econômico que o Governo Roberto Requião está direcionando para o interior? Ou será que nós, com o metrô aqui em Curitiba, vamos resolver o problema de todo o estado? Será que o metrô vai resolver o problema das nossas enchentes? Vai resolver tudo? Ou será que aqui temos que transformar Araucária em 500, 1 milhão de habitantes, que é isso o que estão querendo? A Fazenda Rio Grande em 2 milhões, Pinhais. Aonde estamos governando o estado? O que é que estamos discutindo aqui na Assembléia? Apenas os que são a favor e os que são contra a reforma tributária?

Recebi uma ligação e me perguntaram se eu era a favor ou contra a reforma tributária. Eu falei que do jeito que está colocada, sou contra. E não pode ser diferente. Não podemos fazer o jogo de empresários. Temos que fazer o jogo daquele que vai pagar a conta de luz e que está lá o ICMS e ele fica no escuro, porque não tem dinheiro, porque aumentou a alíquota.

No entanto, alguém aqui deve falar, ou alguém que me ouve, algum telespectador: se não tem dinheiro para pagar a conta da luz, fica na vela. Mas, a vela também vai ter aumentado de ICMS. Mas, se está desesperado, tome uma cachaça para dormir. Mas a cachaça também vai ter aumento de ICMS. E aí vêm os donos de supermercado aqui, querendo nos convencer do contrário.

E o Governador, como é que fica? Eu sei que o Governador fez uma opção pelo seu Governo. Uma opção pelo Contrato del Puebla, ajudando os mais pobres. Será que esses empresários estão desvirtuando a personalidade do Governador do Estado? Jamais um dia pensei que ele, pessoalmente, mandasse um projeto para cá, aumentando impostos. Jamais!

### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Apenas para cumprimentá-lo, no que tange à questão do ICMS Ecológico. Não a reforma tributária que V. Exa. critica, neste momento, mas com relação ao ICMS Ecológico, comungo com V. Exa. Acho que além do Governo ter que dar a sua parte para que os municípios possam receber de volta os benefícios, temos que fazer com que esses benefícios cheguem aos proprietários que protegem o ambiente. Muitas vezes se fala: o município protege suas nascentes. Mas as nascentes nascem em alguma propriedade, normalmente, propriedade rural. Protege o rio, mas o rio passa dentro das propriedades rurais e esses proprietários não recebem absolutamente nada. E é de se perguntar: quanto custa preservar uma nascente? Quanto custa fazer com que ela não reduza o seu volume de água?

Assim, muitas vezes é mais fácil aplicar a lei de crimes ambientais, punindo quem faz o errado, mas deixando de bonificar quem faz o certo. Acho que nesse particular V. Exa. tem toda razão. Então, queria cumprimentá-lo e acho que talvez fosse um bom momento. Se não definir essas questões de mudanças e

de alterações na Lei de ICMS Ecológico, que já é um avanço para o Brasil e para o Mundo o Paraná ter sido o berço dessa lei, mas modificá-la, com a experiência que já temos. Quem sabe se não pudermos fazer isso nesta reforma tributária, mas apontarmos para essa necessidade. Acho que vai ganhar o Paraná, e quando digo ganhar o Paraná, significa ganhar o cidadão, porque também sei que o dinheiro que vai para as Prefeituras é diluído no caixa da Prefeitura, sendo às vezes para comprar instrumento musical para a banda, para fazer um jogo de futebol, mas dificilmente volta para o ambiente e ele só se originou na preservação ambiental.

Parabéns a V. Exa. e obrigado pelo aparte.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa.

Concedo aparte também ao Deputado Edgar Bueno.

**O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Deputado Cartário e Deputado Cheida, na verdade o ICMS Ecológico é um instrumento que vem para ajudar aqueles que preservam alguma coisa. Na verdade, é muito importante que haja essa nova consciência de preservar as fontes, a natureza e as matas. Porém, há uma injustiça, uma distorção, porque quem paga são os municípios que não têm absolutamente nada a ver com isso. Então, na verdade, esse ICMS, 5% retirados injustamente de todos os municípios, como municípios pobres, de 2, 3 ou 5 mil habitantes, que têm um orçamento durante o ano de 2, 3 ou 5 milhões, estão pagando a sua quota, injustamente, do ICMS Ecológico e mais, pois a maioria desses municípios não prestam contas do que fazem com esse dinheiro.

Então, na verdade, eles precisariam prestar contas, no mínimo os municípios que ajudam, que pagam, que são sacrificados com esse imposto, deveriam no mínimo ter consciência e saber exatamente o que esses Prefeitos que recebem esse dinheiro estão fazendo para o meio ambiente e para a preservação da natureza.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Deputado Edgar Bueno, acrescentando um pouco, essa reforma, o Governo do Estado, segundo comentários, vai ou já adquiriu 1 mil veículos ônibus, com verba da Educação. Existem professoras aposentadas que não têm aumento há 12 anos. Então, quando se aumenta imposto, sempre se tem uma planilha: vou aumentar o imposto, porque precisamos fazer isto, isto e aquilo. Gostaria que o Governo do Estado mandasse para cá qual a planilha e quais os investimentos que sofrerão aumento com esses investimentos e os que terão prejuízo, porque quando se retira de alguém para dar para outro, alguém perdeu. É impossível que todo mundo ganhe!

Este projeto da reforma tributária, é impossível que se diga que todo mundo vai ganhar. Lembro-me perfeita-

mente que quem ganhava era com Governos voltados para o interior, Deputado Edgar Bueno. O senhor acredita que ainda teremos, em algum dia, um Governador com o perfil que se empregou com o Governo Jaime Canet ao Paraná, ao nosso interior do estado, esse perfil de desenvolvimento econômico? Será que vamos ter ou apenas ficaremos sendo governados por quem governou Curitiba?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

**Deputado Professor Luizão (PT)**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar de um programa lançado, na semana passada, pela Secretaria da Ciência e Tecnologia, comandada pela Lygia Pupatto do Partido dos Trabalhadores.

Considero uma grande iniciativa do Governo do Estado, porque já estamos acompanhando o sucesso que está sendo o programa de capacitação dos professores, o PDE, que a cada ano capacita 1 mil e 200 professores da rede estadual de ensino, ensino fundamental e médio. E para o próximo ano, foi anunciado pelo Governador Roberto Requião que serão 2 mil e 400 professores.

É importante reciclar os professores e dar a eles condições de sair da sala de aula, aperfeiçoar os conhecimentos e retornar com maior ânimo para contribuir com mais eficiência no trabalho com as crianças e adolescentes do nosso estado.

E agora essa ousada iniciativa, que considero importante, que é a aproximação das universidades e faculdades do nosso estado com a comunidade paranaense. Principalmente no momento de crise mundial, essa crise que não é nossa, mas especificamente dos Estados Unidos, que está abatendo todo mundo. E no Brasil, apesar dos esforços do Governo Federal, para superar e amenizar os sintomas dessa crise, sabemos que as mais prejudicadas serão as pequenas empresas. E são elas, aqui no Paraná, que geram maior número de empregos.

Então, essa programa de extensão tecnológica empresarial é uma oportunidade, principalmente para os municípios que sentem a necessidade de dar apoio às pequenas empresas, às organizações sociais de produtores, para poder fazer frente a esse momento difícil. Os municípios terão, como papel fundamental, organizar os empreendedores, facilitando essa integração com as universidades.

Esse projeto será importante para que as microempresas tenham acesso à informações sobre novas tecnologias de produção, gestão empresarial, capacitação técnica e apoio no acesso a novos mercados. É a melhor forma de superar esse momento difícil, evitando que as empresas fechem ou demitam os servidores.

Por outro lado, os alunos das universidades terão a possibilidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos, fazer na prática aquilo que aprendem na teoria e contribuir para essas pequenas empresas e, ao mesmo tempo, estão aperfeiçoando a sua formação. Porque no passado, as universidades ficavam muito longe da população. E essa iniciativa aproxima as universidades da população, torna as universidades mais úteis para a população.

Gostaria de usar o horário da Liderança do PT, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem o horário do PT. Deputado Péricles?

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Já tenho aqui a anuência do nosso Líder Péricles de Mello. Obrigado, Deputado Péricles.

Continuando, acredito que os alunos que vão estar se formando, terão muito mais clareza do trabalho que vão enfrentar pela frente. Eles já vão ter uma experiência, vão ter um contato com o setor produtivo, principalmente os pequenos e microempresários. A previsão é de que esse novo programa vai injetar 12 milhões, neste primeiro momento, para geração de emprego e renda de recursos do Governo do Estado do Paraná.

Além disso, as micro e pequenas terão oportunidade de receber investimentos, por meio das linhas de financiamento do Banco do Brasil, da Agência de Fomento e do BRDE, que já são parceiros deste novo programa. Então, destacando assim o sucesso dessa iniciativa da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, que vem contribuir com o crescimento, ou melhor, evitando que a crise afete ainda mais as nossas micro e pequenas empresas, que têm menos condições de se defender.

Outra questão que quero destacar também, é o encontro que aconteceu, na semana passada, em Foz do Iguaçu, com os novos Prefeitos do nosso estado. Tivemos lá diversos Deputados e Deputadas. Considero que foi um sucesso. Uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, mas envolvendo diversas outras Secretarias, quase 350 Prefeitos do estado do Paraná. Portanto, um número significativo. A grande maioria das Prefeituras do Paraná estava lá representada e, num encontro paralelo, também, os futuros Secretários da Educação desse municípios. Nessa oportunidade, os novos Prefeitos - que também me incluo nessa categoria de novos Prefeitos - tiveram a oportunidade de acompanhar quais as possibilidades que um Prefeito, que um município tem de acesso a uma Secretaria de Estado como, por exemplo, a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, ou a Secretaria do Planejamento, ou a Secre-

taria da Saúde, quais as parcerias possíveis de se realizar, quais as possibilidades.

Há muitos municípios que dependem quase exclusivamente do Governo do Estado para poder fazer frente às suas demandas. Então, os novos Prefeitos, muitas vezes, com boa vontade, fizeram sua campanha, criaram uma expectativa na sua população de poder estar resolvendo os problemas do seu município, mas no momento em que se deparam com a realidade, com a arrecadação - que oxalá não diminua com os efeitos da crise - mas frente às demandas que têm, muitas vezes, sentem-se amarrados e desesperados: "O que eu faço agora?" Tem uma demanda, tem uma expectativa criada na população, muito boa vontade para trabalhar, para fazer as coisas acontecerem, mas a realidade não permite. Então, neste encontro tiveram a possibilidade de ver a mão do estado estendida, quais os caminhos a percorrer, quem procurar.

A maioria dos Secretários de Estado estava presente, conversando com os Prefeitos, dizendo da possibilidade dos convênios, das parcerias, aquilo que é possível, aquilo que não é possível. Então, destaco como de fundamental importância, neste momento em que os Prefeitos estão prestes a assumir, o encontro realizado.

É evidente que aqueles que se reelegeram já têm uma experiência, já têm contato com as Secretarias de Estado, mas principalmente para os novos Prefeitos, que estão ainda meio perdidos de como poder falar com o Secretário de Estado, foi proveitoso o encontro. Tem muitos Prefeitos que têm medo de chegar num Secretário de Estado, e ali se quebraram muitas barreiras, porque eles viram que o Secretário de Estado não é nenhum bicho-papão. Você pode chegar, pode conversar, pode ver as possibilidades de financiamento, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, por meio da Secretaria da Saúde, quais são as parcerias, o que é possível, o que não é possível.

Outro fator importante, também, é a troca de experiências. Quem está chegando agora, conversar com os atuais Prefeitos: "Como você fez? Como vocês montou sua equipe? Quais as dificuldades? O que é possível e o que não é possível fazer?"

Só quero destacar, então, neste momento, a importância de um encontro desta natureza, permitindo aí aos novos Prefeitos a possibilidade de começarem as suas administrações com mais confiança, sabendo o que dá para fazer, o que não dá para fazer, sabendo os caminhos a percorrer.

Deputado Edgar Bueno, Prefeito eleito de Cascavel, que já tem, claro, uma experiência acumulada na Prefeitura, mas nós somos Prefeitos, marinhaqueiros de primeira viagem, com certeza temos muito o que aprender com V. Exa. e, claro, sabendo os caminhos que devemos percorrer para enfrentarmos a demanda, que certamente será difícil frente às dificuldades dos municípios do nosso estado.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Dr. Batista.

### ***Deputado Dr. Batista (PMN)***

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; 2º Secretário, Deputado Elton Welter; Sras. e Srs. Deputados.

Hoje de manhã, em sua prestação de contas, aqui, do Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, estiveram presentes vários Deputados, a Deputada Rosane, a Deputada Cida, e muitos Deputados. E o Secretário de Estado da Saúde fez uma prestação de contas que dá inveja a qualquer estado deste país, sobre o trabalho feito na Saúde, com toda a equipe aqui, presente, vários médicos presentes, Dr. Cheida presidindo esta Casa. E o Secretário mostrou a importância do tratamento da mulher, da criança e das prevenções. E citamos a eles muitas coisas de Maringá. Em Maringá estamos em contato direto com o paciente, semanalmente, 30, 40 pessoas.

Então, de imediato, temos que passar as causas para o Secretário de Estado da Saúde do que está acontecendo em nosso estado, para que possamos ajudá-lo, ajudar o Governador Roberto Requião para que ele possa realmente ver o que necessitam na Saúde. Por exemplo, o Hospital Universitário, nosso Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ney Leprevost, em Maringá o HU não tem sequer uma sala para que possamos tratar e recuperar os queimados. Londrina tem, Curitiba tem. É uma das nossas reivindicações.

Veja bem, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, o paciente sofre um acidente, queimado. Quando você queima a ponta do dedo você já não agüenta, imaginem o que aconteceu na nossa região de Maringá, as pessoas mexendo com fogo e cai nas suas pernas uma panela cheia de gordura queimando, arrancando toda a pele. E o Hospital de Queimados não tem em Maringá! E uma ala com especialistas preparados para que possamos atender.

Veja bem, a cidade de Maringá, 30 municípios da nossa região caem dentro de Maringá, principalmente dentro do HU, do Hospital Universitário, onde tem a melhor faculdade de Medicina, segundo as pesquisas, do estado. Acredito que é uma das melhores, porque aqui em Curitiba temos excelentes universidades, excelentes faculdades, e temos grandes professores e grandes cirurgiões. Tive a oportunidade de ver o professor Júlio Coelho dizendo o que eu já disse aqui sobre a doação de fígado, em vida. As pessoas, em vida, já confirmado pelo professor, o nosso Diretor do Hospital Universitário de Curitiba, cada ser humano pode salvar outra vida doando a metade do seu fígado.

Então, tantas coisas que reivindicamos, até uma ala de transplantes para a cidade de Maringá. Porque médicos capacitados, com conhecimento, enfermeiros qualifi-

cados e preparados, paramédicos, nós temos lá. Só faltam os incentivos.

O Rio Grande do Sul ganha estourado na frente de todos os estados, em transplantes, depois São Paulo e o Estado do Paraná em terceiro, com grandes profissionais. Por que não ampliar essas alas de transplantes, para as grandes universidades do estado do Paraná? Esse é um dos pedidos que fiz ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, após uma explanação muito bonita que ele fez aqui, hoje, em uma verdadeira prestação de contas.

Gostaria que alguns Deputados, que cobraram tanto a presença de outros Secretários da Saúde, que viessem aqui na Assembléia. O Secretário Gilberto Martin, sem convite nenhum, está à disposição e veio mostrar a evolução da Medicina, da Secretaria de Estado da Saúde. Falamos de um Secretário que tem vontade de ir ao encontro do anseio da comunidade, com as piores patologias que existem.

Nós que somos cirurgiões, que estamos diante de muitos paciente, semanalmente, sabemos que as dificuldades que penetram nos hospitais, hoje. Principalmente uma camada bacteriana inespecífica e desconhecida, que temos que ter antibióticos à altura. Essa pesquisa preocupa muito a Secretaria de Estado da Saúde. Com a autorização do 2º Secretário e do Governador Roberto Requião, eles estão fazendo as melhores pesquisas, para que possamos combater essas bactérias, seja bactericidas ou bacteriostáticas, para que possamos matá-las, para que venha ao encontro do salvamento de tantas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

### ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero apenas registrar desta tribuna que hoje comemoramos o Dia da Justiça.

Gostaria que entendêssemos o Dia da Justiça mais do que o Dia do Judiciário. O Dia da Justiça entre todos nós, entre o relacionamento das pessoas entre si, do nosso comportamento. Porque existem o Judiciário, a legislação e as penalidades, exatamente pelo descumprimento de regras de justiça na convivência entre os homens.

Na impossibilidade de vivermos sem legislação, que se condene aqueles que têm um modo de proceder que não cumprem com os seus direitos e deveres, quero cumprimentar a Justiça, instituição, Poder Judiciário do nosso estado do Paraná e do nosso país, que no dia de hoje está a comemorar o seu dia. Desejando, como acredito que todos os brasileiros desejam, que tenhamos reformulações nos nossos códigos, principalmente no Código Penal. Porque tenho visto muitas e muitas vezes,



o cidadão reclamando de que não se faz justiça para o pobre, da mesma forma que se faz justiça para o rico.

A Justiça é igual, o código é igual, as determinações legais são iguais, para todos. No entanto, alguns podem pagar mais, melhores profissionais, outros podem pagar menos. E aqueles que mais podem pagar acabam se valendo desta possibilidade para usar bons escritórios de advocacia, todos os recursos que a lei permite e muitas e muitas vezes acabam não sendo punidos, devido à possibilidade que temos nos nossos códigos para recursos. E aí, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, passa a ser o Judiciário apontado aos olhos de todos como um Poder que ministra a justiça de forma diferente.

Neste Dia da Justiça, quero lembrar a todos nós que a valorização dos Poderes que compõem a república, que são o exercício da democracia, a existência de um Judiciário forte, a existência de um Legislativo forte, a existência de um Executivo forte, respeitado, é sem dúvida alguma o maior instrumento para que uma nação se reencontre com os seus cidadãos e possa viver em harmonia, nas mais variadas diferenças de níveis sociais, crenças religiosas e ações de vida. Não posso ver como vemos hoje, o Poder Legislativo sendo desmerecido, o Poder Judiciário tantas e tantas vezes questionado. Se não expirarmos de que os Poderes tenham respeito na opinião pública, não haveremos de ter a vontade do brasileiro, de cumprir com as suas ações. O Judiciário está aí; os códigos estão aí; a possibilidade de recursos está aí, e são utilizadas pelas partes e lamentavelmente quase sempre pelas partes que têm mais recursos. Razão pela qual transparece na opinião pública de que a Justiça seja diferenciada para o pobre e para o rico.

Parabenizo todo o Judiciário do Paraná. Aos Juízes Substitutivos, ao nosso Tribunal de Justiça, aos nossos servidores do Poder Judiciário pela passagem do Dia da Justiça. Esperando que cada vez mais se infunda no coração dos brasileiros um senso de que a Justiça é o grande caminho para nos levar a igualdade de direitos e deveres.

Não posso também encerrar, Sr. Presidente, porque como iniciei esse pronunciamento dizendo que a Justiça é mais ampla que o Judiciário, por uma questão de justiça, requerer de V. Exa. que coloque em votação nesta Casa, um projeto de minha autoria declarando este glorioso quadro social e esportivo do Paraná, chamado Clube Atlético Paranaense, num projeto que aqui temos, declarando o Atlético como patrimônio imaterial do estado do Paraná, porque na verdade é uma legião de pessoas que até o último instante acreditaram que ele permanecesse na primeira divisão. E mais do que isso, que disputasse o Campeonato Sul-Americano como está disputando.

Muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns pelas duas homenagens, Deputado.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

## ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Nelson Justus, muitos assuntos me trazem à tribuna na tarde de hoje, mas não posso deixar de, inicialmente, fazer coro às palavras do nobre Deputado Caíto Quintana, que foi muito feliz em seu pronunciamento, tanto no momento em que se referiu ao Clube Atlético Paranaense, nosso glorioso Furacão da Baixada, quanto em relação aos cumprimentos que faz a todas as pessoas que lutam por justiça neste país.

E aqui eu gostaria de cumprimentar, de modo muito especial, em nome de todos os Juízes do Paraná, em nome dos Desembargadores, em nome dos servidores do Poder Judiciário do Paraná, o Desembargador Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça, que mantém um excelente relacionamento institucional com a Mesa Executiva desta Casa Legislativa, desta que é a Casa do Povo. E na pessoa do Desembargador Vidal Coelho cumprimentar, principalmente, aqueles Juízes do interior, aqueles Juízes de comarca que lutam, muitas vezes, com poucos recursos, com poucos funcionários, para auxiliá-los para tentar julgar as causas que são impetradas, no tempo mais breve possível, não permitindo que a justiça deixe de ser feita.

Parabenizar também os advogados que lutam por justiça, o Ministério Público, e as pessoas mais humildes, mais anônimas, mais modestas que se dedicam a fazer com que este país torne-se um país mais justo para todos, afinal de contas este é um sonho que muito almejamos.

Sr. Presidente, quero neste Grande Expediente fazer uma síntese de alguns assuntos importantes. Na verdade terei que tentar usar minha capacidade de resumir as questões, porque temos muitas coisas interessantes para destacar aqui entre a nossa agenda de eventos e realizações.

Entre elas quero fazer, inicialmente, um agradecimento ao Dr. Batista, que representou a Comissão de Saúde desta Casa, hoje pela manhã, na Audiência Pública com o Dr. Gilberto Martin. E fazer aqui, sem dúvida alguma, um reconhecimento de que durante a gestão do Secretário da Saúde, Dr. Gilberto Martin, temos tido uma boa parceria entre a Comissão de Saúde da Assembléia e essa pasta, a pasta da Saúde do estado, o Dr. Gilberto não tem se negado a prestar informações para a nossa Comissão de Saúde, que foi reeleita, e com certeza vai dar seqüência a esse trabalho que vem ocorrendo ao longo dos anos.

Quero registrar aqui, Deputado Presidente do PSDB do Paraná, minha alegria. Hoje pela manhã fui à banca do aeroporto Afonso Pena, e na banca, Deputado Valdir Rossoni, e aqui parabéns ao seu partido, PSDB, comprei a revista Época, uma edição especial que saiu neste final de semana, e que traz as pessoas mais influentes do Brasil em 2008, as 100 pessoas eleitas mais influentes do Brasil em 2008. E aqui entre os 100 mais influentes de 2008 da revista Época aparece o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, ao lado do Prefeito reeleito de São Paulo, Gilberto Kassab, e do Prefeito eleito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Diz aqui a revista: “Com o novo mandato na Prefeitura de Curitiba, administrando com competência como fez no primeiro mandato, e ao lado de uma eficiente equipe técnica, Richa estará preparado para alçar novos vãos na política estadual. Ele não se deixou contaminar pelo sucesso rápido. Mantém-se humilde como sempre foi” Entre vários outros elogios que a Época faz ao Prefeito.

Então, peço ao senhor que na condição de Presidente do PSDB do Paraná, transmita os cumprimentos ao Prefeito Beto Richa por estar entre as 100 personalidades mais influentes do Brasil da revista Época.

Quero também, Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao Deputado Marcelo Rangel, destacar que foi inaugurada na última quinta-feira uma nova ala do Hospital Cardiológico Costantini, aqui em Curitiba. Essa nova ala será dedicada a cardiopediatria e é uma iniciativa muito importante, porque se trata de um departamento especializado no atendimento de crianças e adolescentes com doenças congênitas. Doenças congênitas do coração e doenças adquiridas na idade pediátrica. Esta é uma iniciativa da fundação Francisco Costantini, que terá a coordenação do conceituado médico Dr. Nelson Miagli, que representa, sem dúvida alguma, uma esperança para as famílias carentes que sofrem com as suas crianças em busca da cura, muitas vezes, não acessível através do SUS.

Essa fundação vai atender os problemas de cardiopediatria, gratuitamente, Dr. Batista. Então o senhor veja a grandeza, a importância, o gesto louvável da Fundação Costantini, ao inaugurar essa ala na última quinta-feira. Eles vão ter lá, só para que o senhor e o Deputado Cheida que são médicos tenham idéia, Dr. Batista, uma equipe especializada para oferecer: consultas, eletrocardiograma, eletrocardiografia dinâmica, teste de esforço, eletrofisiologia pediátrica, ecocardiograma, cateterismo cardíaco para diagnóstico, intervenção por cateterismo e cirurgia cardíaca. Tudo isso para crianças. É uma realização inédita na capital do Paraná.

Quero cumprimentar o Dr. Costantini e toda a sua equipe, inclusive o filho dele, o Alessandro, que é uma pessoa que vem se dedicando a esse projeto.

Quero também me somar à diversas manifestações que vêm sendo feitas nas Casas Legislativas de todo o estado do Paraná, em relação aos 90 anos do conceituado

jornal Gazeta do Povo. A Câmara Municipal de Curitiba, na semana passada, fez uma Sessão Solene comemorativa aos 90 anos da Gazeta do Povo. Na data em que esse jornal, que foi fundado pelo seu avô, Presidente Nelson Justus, o Dr. Plácido e Silva e o Dr. Benjamin Lins, na data que esse jornal comemora 90 anos, não posso deixar aqui de lembrar as importantes campanhas que foram lideradas pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

O Dr. Francisco, durante décadas e décadas dedicadas a um jornalismo transparente, ético, sobretudo construtivo, sempre foi um aliado importante da população paranaense. Investiu em campanhas de interesse público como a melhoria do Aeroporto Internacional Afonso Pena, a passagem do gasoduto pelo norte do estado do Paraná e a importante luta pelo pagamento dos royalties da Itaipu.

Eu, enquanto Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, tive a oportunidade de conviver de perto com o Dr. Francisco, que era Conselheiro daquela instituição e ao longo da minha gestão na Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, o Dr. Francisco também ajudou muito esse importante hospital do Paraná, assim como diversas vezes abriu as portas da Gazeta do Povo para ajudar as instituições que trabalham pela comunidade paranaense. A própria Rede Feminina de Combate ao Câncer foi várias vezes alvo de importantes campanhas da Gazeta do Povo e do Canal 12, onde foi promovido um trabalho incansável para arrecadar recursos em prol da pediatria do Hospital Erasto Gaertner.

Foi nas páginas da Gazeta do Povo que os curitibanos souberam de muitas e muitas coisas importantes na história do Paraná e da república. Souberam da morte de Emiliano Pernetá, o Príncipe dos Poetas que hoje dá nome de rua em nossa capital; foram informados através da Gazeta que Getúlio Vargas passava por Ponta Grossa e Curitiba em outubro em 1930, a caminho da tomada do Poder no Rio de Janeiro.

Na Gazeta do Povo os curitibanos leram, em 1950, sobre o discurso que o mesmo Getúlio fez para uma multidão do balcão do Hotel Braz, na rua XV, tentando voltar ao poder dessa vez pela via das urnas. Houve desde a fundação do jornal dois dias em que Curitiba amanheceu branca, dois dias em que nevou. Em 1928 e 1975. Essas e tantas outras notícias estavam lá para serem devoradas pelos leitores da Gazeta do Povo.

Poderia ficar aqui horas e horas falando sobre a importância desse jornal, mas quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a equipe de funcionários, de jornalistas, os diretores da Gazeta do Povo: Ana Amélia Filizola, Guilherme Cunha Pereira, Mariano Lemanski. Cumprimentar o Presidente da RPC, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e lembrar as palavras de Rui Barbosa: “As grandes nações coesas poderiam caracterizar-se cada qual pelo caráter do seu jornalismo”. Palavras de Thomas Jefferson: “Onde a imprensa é livre e todo homem é capaz de ler, tudo está salvo”; e palavras de Rosa de

Luxemburgo: “Liberdade é sempre fundamental a liberdade de quem discorda de nós”.

Portanto, nossos cumprimentos a este jornal que muitas vezes é crítico, mas que inegavelmente é um importante instrumento de informação para a população paranaense e, sem dúvida, nossos desejos que a Gazeta do Povo possa completar os seus 100 anos, dentro de 10 anos, com alguma grande comemoração aqui nesta Casa, porque a Assembléia Legislativa do Paraná, durante a gestão do Presidente Nelson Justus, nunca se negou a reconhecer a importância da imprensa livre, democrática, fazendo parte da vida dos paranaenses, levando informação e cidadania.

Quero, finalizar, informar que a Comissão de Saúde desta Casa, composta pelos Deputados Reinhold Stephanes Júnior, Marcelo Rangel, Dr. Batista, Teruo Kato e Rosane Ferreira, também o Deputado Tadeu Veneri e Felipe Lucas, junto com o Deputado Alexandre Curi e a Deputada Cida Borghetti, com o Deputado Nando Carli, apresentou diversas emendas ao orçamento do estado.

Espero que essas emendas que são em benefício de hospitais de todo o Paraná, são mais de 12 milhões em emendas, espero que o Deputado Nereu Moura seja generoso conosco, corte o mínimo possível essas emendas. Mesmo sabendo que o Governador tem uma postura contrária ao pagamento direto de emendas, o fato das emendas tem uma postura contrária ao pagamento direto de emendas, o fato das emendas existirem nos dão uma oportunidade maior de sentar com o Governador do Estado e com o Secretário da Saúde, dialogar com a Secretaria da Saúde e de conseguir, quando não o pagamento das próprias emendas, doações de equipamentos, como nós conquistamos este ano 1 milhão e meio em equipamentos para o Hospital Erasto Gaertner, equipamentos esses que estarão ajudando a curar pessoas que sofrem de câncer e vêm se tratar em Curitiba, pessoas oriundas de todos os lugares do Paraná.

Portanto, faço esse apelo ao Deputado Nereu Moura, que é o que tem a caneta cheia para despachar em relação a esse assunto. Peço a ele que faça o mínimo de cortes possíveis, porque os hospitais que atendem o Sistema Único de Saúde não sobrevivem só com o dinheiro do SUS. Não são hospitais do Governo do Estado, mas são hospitais, sim, que atendem à população do estado do Paraná é que precisam de ajuda.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Estou acompanhando seu pronunciamento, quero parabenizar V. Exa. pela reeleição à presidência da Comissão de Saúde, dentre os trabalhos que realizamos nestes primeiros dois anos, foi justamente cobrar firmemente mais atenção da Secretaria da Saúde. E com as nossas ações, conseguimos até mesmo a troca do Secretário da Saúde. Com isso, tivemos avanços em diversos hospitais do Paraná e o cumprimento de promessas que o

antigo Secretário fez à nossa Comissão. Por exemplo, as UTIs pediátricas da região dos Campos Gerais.

E este novo Secretário, Sr. Gilberto Martin, mostra-se competente, atencioso, técnico, sério. Tomara que assim continue, pois a Secretaria da Saúde é a pasta mais cobrada da administração.

Quero parabenizá-lo, como Vice-Presidente da Comissão de Saúde, teremos, com certeza, no ano de 2009 muito trabalho, mas pode contar conosco, com o companherismo de todos os Deputados da Comissão de Saúde para avanços nesta pasta.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Muito obrigado, Deputado. Sou muito grato a todos os Deputados que compõem a Comissão de Saúde, porque são Deputados que participam das Sessões que promovemos na Comissão, participam dos debates e se dedicam com afinco. Quero reconhecer, publicamente, a dedicação e ao empenho de todos vocês, Deputados, que brilhantemente atuam na Comissão de Saúde. No meu site está divulgado o nome desses Deputados. Eu não canso de enaltecê-los, publicamente, pelo excelente trabalho que fazem.

Com sua licença, Deputado Nelson Justus, peço que o senhor tenha hoje a segurança que o Senador Mão Santa tem quando está presidindo as Sessões no Senado da República, apenas para que eu possa ouvir, rapidamente, o breve aparte do Deputado Douglas Fabrício.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Muito obrigado. Só parabenizá-lo pelo seu trabalho nesta Casa, em especial frente à Comissão de Saúde, e dizer da importância que V. Exa. e diversos Deputados da Comissão de Saúde tiveram para conosco, no apoio para que conseguíssemos recursos para as Santas Casas. É bom lembrar que fizemos Audiências Públicas, inclusive em Campo Mourão. Tanto a Santa Casa de Campo Mourão, como a Santa Casa de Goioerê, passaram a ter um atendimento diferenciado pelo Governo do Estado e até pelo Governo Municipal local, em função daquele nosso trabalho, que V. Exa. esteve nos ajudando.

Então, quero aproveitar este momento para agradecer, mais uma vez, e parabenizá-lo, porque com este trabalho brilhante que V. Exa. fez à frente, em defesa da Saúde do Paraná, nós também em Campo Mourão conseguimos melhorar a Saúde lá na Santa Casa.

Muito obrigado.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Muito obrigado, Deputado. Quero dizer que quantas vezes forem necessárias nós estaremos à disposição para ir a Campo Mourão, a seu convite, atendendo seu pedido, lutar pela Saúde dos paranaenses. Conte sempre com este amigo.

Presidente Nelson Justus, apenas dois breves registros. Um, para registrar que na semana passada o banco de ossos do Hospital de Clínicas comemorou dois anos

de fundação. Quero aqui, publicamente, cumprimentar o Dr. Gerson de Sá Tavares e o Dr. Paulo Alencar, que são dois médicos conceituados do HC. E registrar que tivemos a sanção, por parte do Governo do Estado, já está valendo, a lei que proíbe o fumo em ambientes frequentados por crianças. Quero agradecer ao Governo do Paraná por ter sancionado esta lei, de nossa autoria. E agora, nos bufês infantis, nos locais que, enfim, são locais direcionados ao público infantil, está proibido o cigarro, porque as crianças não podem ser condenadas a serem fumantes passivos. O adulto tem o direito de decidir o que quer fazer, agora, a criança não pode ser condenada a fumar passivamente.

Presidente Nelson Justus, obrigado pela sua benevolência. O Senhor, como sempre, um diplomata. Parabéns pela grande gestão que vem fazendo nesta Casa de Legislativa e muito obrigado pelo seu apoio na minha recondução à presidência da Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### ***Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente e nobre Pares.

Na semana passada estive, primeiro a convite e depois por determinação da nossa presidência, na Cidade do México proferindo uma palestra em que se discutia as mudanças climáticas e as novas políticas para a água para a América Latina, para o Caribe e para o México. A minha vinda à tribuna é mais para dar uma satisfação aos paranaenses e aos companheiros Deputados e Deputadas e dizer que essa discussão que existiu na Cidade do México foi justamente uma preparação para um encontro da ONU, a Organização das Nações Unidas, que vai ocorrer agora em março em Istambul, na Turquia, onde o 6º Fórum Mundial da Água deverá definir as políticas para o próximo século. Uma discussão de alto nível, porque todos os países da América do Sul, América Central, Caribe e América do Norte, estiveram presentes, mandando os seus representantes, sendo que do Brasil fomos em cinco, inclusive com a Diretora do Meio Ambiente da SANEPAR, a Dra. Arlete Rosa, e ficou evidente que as políticas que estamos nos digladiando aqui no Brasil é o que também acontece Mundo afora.

A água doce do Mundo está ficando cada vez em uma quantidade menor, seja por poluição ou por dificuldades de obtenção, porque o desmatamento faz com que ela seja escasseada e a população do Mundo aumenta, o que faz supor que dentro dos próximos anos teremos uma série de conflitos que são provocados por conta da escassez desse recurso. Basta lembrarmos que o ser humano é composto de mais de 70% do seu peso de água, sendo que somos uma verdadeira caixa d'água ambulante e não

podemos viver sem isso. Pois é exatamente essa água doce que é cada vez menor no Mundo, e não é novidade para nós que é em função das mudanças climáticas, do desmatamento, da redução das matas ciliares, da poluição pelos processos produtivos, pelos agrotóxicos, pelas indústrias, pelo desvio dos rios, pelo represamento e outras séries de mudanças, que estamos ficando sem. E tem muita gente que pergunta: “Mas será que não tem água suficiente para dar de beber para todo mundo?”

Talvez para os seres humanos até tenha, mas temos que nos lembrar que vaca, boi e passarinho também bebem água, que o peixe também precisa de água e nós precisamos nos relacionar com esses seres vivos. E uma das questões mais importantes que esse encontro deixou claro é que o grande problema da água não é apenas humano, mas é de todas as espécies vivas sobre o planeta, porque às vezes falamos que os seres humanos precisam da água, e é claro que precisamos, mas o planeta precisa, porque sem planeta não temos seres humanos, sem os animais e os vegetais não temos nós. Então, intercambiar com as espécies vivas, e as espécies vivas com esse recurso natural, é fundamental, porque sem isso não há vida.

Para se ter uma idéia, se fôssemos comparar, o Mundo tem aproximadamente 1,4 bilhão de km<sup>2</sup> de água, mas nem 1% nós podemos usar. Se fôssemos comparar com uma garrafa de guaraná cheia de água, toda a água do Mundo, a tampinha dela cheia de água seria a água doce de que dispomos. Ou seja, não é nada se formos comparar e isso nos dá a noção, mas também uma grande responsabilidade para que participemos de um verdadeiro movimento internacional pela “água segura”, como está se chamando, proteger a água e defendê-la principalmente da exploração comercial. E para isso algumas medidas foram tiradas nessa Oficina na Cidade do México e deve ser levada ao Fórum da ONU.

Primeiro: a água como um bem público. A todos os seres humanos e não humanos. A água como um recurso ecológico global.

Segundo: controle público sobre a água. Cidades como Paris, que nos últimos 100 anos privatizaram a água, agora desprivatizaram. Estamos falando de Paris, pois foi a primeira do Mundo a ter um sistema eficiente de esgotamento sanitário e Paris voltou a ter a água como água pública. Parceria, sem dúvida, mas parcerias público-público, não mais parcerias privadas ou público-privadas, como Brasil, Bolívia, Peru e outros países. Até porque a água não pode ser objeto de lucro. Porque se assim fosse seria muito mais tentador retirar o lucro do que colocar uma manilha para captar e tratar o esgoto.

Terceiro: a garantia, ao menos, de 50 litros por pessoa de água limpa. Mas de 1 bilhão de pessoas, dos 6 bilhões que temos no planeta, não têm isso.

Quarto lugar: recuperar a água. O que significa despoluí-la, protegê-la. Proteger os rios, as fontes. Aí me lembra o que o nosso Governador tem feito, o Programa

Mata Ciliar, que é hoje recomendado pela ONU, tal a sua simplicidade e a sua eficiência.

Em quinto lugar: estabelecer formas adequadas de administração de água em escala global. Pensarmos localmente e agirmos globalmente, mantendo a economia e sabendo que temos que preservá-la para hoje e para sempre.

Em último lugar: coordenar as leis de nações diferentes. A mesma água que desce pelo estado do Paraná é a água que bebem os argentinos, muitas vezes. E o que é nosso, não é nosso. E nosso, mas é de todos. É fundamental que tenhamos a coordenação dessas leis de nações diferentes para proteger a água do Mundo da poluição e da exploração comercial.

Foi uma discussão muito rica. Creio que ganhamos todos com isso. Vou fazer um relatório e encaminhar a todos os Deputados, para que possamos socializar essa experiência e, quem sabem isso acrescente a cada um de nós mais idéias para que possamos fazer a proteção de vida da água que estamos falando, que é de todos e não é de ninguém.

Gostaria externar aqui uma preocupação que me chegou há pouco, diz respeito à cidade de Londrina e à questão de Saúde. Estávamos, hoje, como bem disseram os Deputados que me antecederam, em uma Audiência de prestação de contas do Secretário Gilberto Martin. Uma excelente prestação de contas, no meu entendimento e no entendimento dos Deputados que aqui falaram, 16 Deputados participaram, hoje pela manhã, dessa Audiência. Foi uma Audiência muito rica. E me chegou às mãos, há pouco, um fato que acredito que devamos nos posicionar.

O Hospital Universitário de Londrina está com suas contas se encerrando, no final do mês, e constatou que a Prefeitura de Londrina deve ao Hospital Universitário de Londrina R\$ 5 milhões 620 mil 654, dos últimos seis meses, ou seja, a Prefeitura de Londrina não está passando os recursos que era para passar ao Hospital Universitário de Londrina. São serviços prestados para o povo de Londrina, são serviços contratados pela Prefeitura e não pagos, ou seja, o serviço é contratado e está se dando o calote.

Faltam 22 dias para que a administração se encerre. Sabe-se lá Deus quem será o próximo Prefeito. Esperamos que seja, pelo menos, o Presidente da Câmara. Até agora os Juízes e os Ministros do Supremo não definiram essa questão, mas o fato é que o HU é um hospital-escola, não visa lucro, mas não pode ter prejuízo. Não é porque não tem lucro que vai agora se endividar e, principalmente, da Prefeitura, da municipalidade onde ele está colocado, que é a Prefeitura de Londrina. Então, deixar no prejuízo um hospital desse porte é inaceitável. São praticamente R\$ 6 milhões, a Prefeitura está encerrando o ano administrativa e não transfere para o HU.

Vou encaminhar um expediente e peço que todos os Deputados assinem, solicitando que a Prefeitura faça esse repasse. Acho que é o mínimo que a Assembléia

Legislativa pode aqui fazer. Até porque não estamos falando dos administradores do Hospital Universitário e nem dos servidores. Estes recebem seus salários, são servidores públicos. Estamos falando é do povo que precisa, é doente, da dona-de-casa, do trabalhador, do aposentado, da criança que se serve daquele excelente hospital.

Espero que nesse sentido o Prefeito respeite suas obrigações e ouça, também, a Assembléia Legislativa, além da sua consciência.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Cheida.

Antes de entrar no assunto que lhe pedi o aparte, já de antemão quero dizer que assino esse seu documento que está enviando. Não só a Assembléia, mas acho que o Tribunal de Contas vai acompanhar também, porque me parece que é extremamente grave isso que o senhor coloca. Nenhuma Prefeitura pode deixar dívidas. Sabemos que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal não permite isso e muito menos esse tipo de dívida. Espero que, nesses próximos dias, isso possa ser solucionado, sob pena de termos outros motivos. Londrina já tem sido muito castigada e não pode, novamente, ser penalizada por conta de ações como essa. Não sei exatamente porquê razão há essa dívida, mas acho que temos que nos inteirar e tentar contribuir para que ela deixe de existir.

Primeiro, quero parabenizá-lo e fazer uma consideração diante disso que o senhor falou das águas. Deputado Cheida, o senhor coloca todo problema, toda questão ambiental, a questão da água e do consumo e não podemos nos esquecer, o senhor que é de Londrina e todos os Deputados daquela região, que neste exato momento a usina que está se pretendendo construir, aliás, as duas usinas em princípio que estão pretendendo construir dentro do rio Tibagi, até agora não temos a resposta efetiva e eficaz, uma resposta contundente que aquela água não será prejudicada para o consumo por conta do que será feito, ou seja, por conta da grande usina que se pretende fazer em Mauá.

Ainda acho que teremos tempo, bom senso e racionalidade para impedirmos um desastre, caso contrário, será apenas mais um lamento a ser feito. V. Exa. tem acompanhado esse processo, não é como londrinense, mas principalmente como Deputado, aqui, desta Casa, e sabe que nos próximos dias, nas próximas semanas, deveremos, novamente, nos reunir e solicitarmos que haja um esclarecimento efetivo, se aquela água é ou não é própria para o consumo, porque até agora há dúvidas se ela pode ser consumida.

Parabéns pelo pronunciamento que V. Exa. fez.

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

E dentro, eu não quis detalhar algumas conclusões dessa reunião no México, desse fórum, desse debate,

mas uma delas está no barragem dos rios, porque a qualidade da água realmente cai, ela se torna em muitos lugares imprópria para o consumo humano. Sabe-se, que além da redução do PH há uma acidez maior, proliferação de bactérias que chamamos de ciano bactérias e conseqüentemente uma quantidade de toxinas, alguns delas mortais. E não há dúvidas que se tratar o problema com essa ótica é no mínimo temerário.

E vamos descobrindo coisas. Hoje com um projeto de lei que, V. Exa. sabe que eu protocolei na Casa, tomba o rio Tibagi, o Piquiri e o Ivaí, que há programas da COPEL para o barragem do rio Ivaí e há solicitações e quase que já a liberação para a construção de pequenas centrais hidrelétricas no Piquiri. Então, não é apenas o rio Tibagi, o que já seria suficiente e desastroso, que está sendo barragem, mas outros rios inteiros tão importantes como o Tibagi haverão de ser, se não houver uma discussão mais séria e mais acabada sobre essa problemática.

Era isso. Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Antes, porém, em nome do Deputado Dr. Batista, em nome desta Presidência, esta Casa anuncia e agradece e registra a presença do Prefeito eleito da cidade de Paisandu, bem como a de Vereadores. Sejam bem-vindos a esta Casa. Também registramos a presença do Presidente do Partido Progressista do Estado do Paraná, sempre presente a esta Casa Legislativa, a Casa do povo do Paraná, Deputado Federal Ricardo Barros.

Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)**

Apenas para parabenizar o Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, porque tenho conversado com muitos Prefeitos, principalmente Prefeitos de cidades pequenas, eles estão empolgados, comovidos e sensibilizados com o atendimento que o Deputado Ricardo Barros tem dado a todos os municípios do Paraná, muito especialmente aos pequenos municípios, conseguindo liberar aquilo que o Prefeito precisa. O que o Prefeito precisa para poder fazer uma boa administração? Conversava aqui com o Rossoni e ele concordou, o combustível do Prefeito para uma boa administração é a verba. E o Ricardo Barros tem sido um grande especialista em ajudar esses municípios, daí a nossa homenagem. Muito obrigado.

Queremos parabenizar e registrar a presença maciça dos Deputados Estaduais, 53 Deputados presentes. Parabéns. Passo, portanto, a Presidência dos Trabalhadores a V. Exa., Presidente Nelson Justus.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Felipe Lucas (PPS)***

**O SR. FELIPE LUCAS**

Deputada Cida Borghetti, que preside esta Sessão, Deputado Teruo Kato como Secretário, o Professor Luizão, como Secretário, Deputadas e Deputados.

Venho hoje, aqui, ocupar a tribuna para falar um pouco sobre eleição. Sei que as eleições municipais para Prefeitos e Vereadores já se passaram, mas temos algumas curiosidades, coisas questionáveis no nosso estado e nos municípios que se avizinham na região centro-sul. Temos algumas coisas bonitas. No município tivemos reeleito o Prefeito de nome Irineu e o Vice também com o mesmo nome. Os dois são do PPS e suas esposas têm o nome Sandra. Mas também tivemos coisas um tanto amargas, um pouco difíceis.

O município de Prudentópolis conseguiu mudar após bastante tempo, em gestões administrativas difíceis - a população entendeu - e mudou. Quero me referir também a Imbituva, um município com um povo bastante trabalhador, com grande produção de malha e de madeira, no sul do estado. Um dos candidatos a Prefeito, um ex-Prefeito teve o seu nome impugnado, pela Juíza local, Dra. Danieli, uma Juíza, Promotora, extremamente correta. Recorreram ao Tribunal Eleitoral do Paraná. A parte que recorreu perdeu, do ex-Prefeito, que já havia sido condenado no Tribunal de Contas e em outras instâncias com bastante coisas graves. O Deputado Jocelito, que é de Ponta Grossa, conhece a realidade de Imbituva, assim como os Deputados Marcelo, o Péricles.

Recorreram em Brasília. Lá, o Ministro também resolveu devolver ao estado do Paraná, para que fosse dito se era sanável ou não. De fato, as contas de Imbituva não são sanáveis. É uma história muito grave que aconteceu em Imbituva no passado. Ela tinha uma administração muito boa. Isso deve ser julgado novamente pelo Tribunal Eleitoral do Paraná.

Tivemos coisas muito difíceis no passado de serem entendidas, quando um dirigente do PT, misteriosamente, foi assassinado. Não se sabe exatamente da questão, que é bastante complexa. Esperamos que a Justiça Eleitoral leve a coisa a sério, como vem levando, como a Juíza e Promotora de lá e Brasília. Mas infelizmente, às vezes, Brasília fica indecisa e devolve para que o estado, aqui, tome a decisão. Amanhã deve ser decidido. Enquanto isso, Imbituva não tem Prefeito, ninguém diplomado como Prefeito, tornando uma situação bastante difícil para os moradores que moram lá. Esperamos que a Justiça do Paraná continue mantendo serenidade com respeito a Imbituva.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Próximo orador inscrito, ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Reni Pereira, por 10 minutos.

## ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sras. e Srs. Deputados.

Quero utilizar esse espaço do nosso bloco até para fazer os esclarecimentos que não pude fazer na CCJ, em virtude do Regimento Interno desta Casa determinar que tão logo inicie a Sessão Plenária deva se encerrar toda e qualquer Comissão que estiver em funcionamento.

E o que observamos hoje, depois da leitura do relatório da CCJ é que começaram algumas argumentações, mas já indo na esteira do mérito. Em que pese o respeito que temos que ter com todos, não pude fazer esse esclarecimento lá e faço agora, porque muitos telespectadores assistem à Sessão da CCJ e a Sessão Plenária. Ficou no ar, como se eu fosse favorável a reforma e são duas coisas distintas. A constitucionalidade em que deixei bem claro no relatório, que tanto a mensagem do Governo quanto a única emenda que colocamos no relatório, não tem nenhum óbice de natureza constitucional ou legal. Pelo contrário, ela está muito bem fundamentada com demonstrativo de onde vai repor a renúncia de receita que está se propondo na diminuição de milhares de itens. Isso se chama análise técnica. E na questão técnica, não temos como colocar a questão do mérito, antecipar. Não tem como colocar uma posição política. Tanto é que deixei bem claro, até para a imprensa, que várias vezes nós da CCJ, os 13 Deputados que fazem parte, enaltecemos que algumas iniciativas, via de regra de Deputados são misteriosas, mas infelizmente não prosperam do ponto de vista da constitucionalidade e da legalidade.

E nesse caso, nós, pelos menos no meu ponto de vista que já me posicionei quanto ao mérito, antecipadamente, é o contrário. Do ponto de vista da constitucionalidade e legalidade não tem nada. Quando ao mérito, cada Deputado votará de acordo com a sua convicção, com a mobilização, com a participação que teve nas inúmeras, nas sete Audiências Públicas. Tenho conhecimento que alguns Deputados fizeram outras Audiências com segmentos representativos da sua base. Então, nenhum Deputado desta Casa, poderá dizer que estará votando a reforma tributária sem conhecimento, por indicação de liderança. É possível sim alguém votar por acordo da sua Bancada e seguir o voto de Bancada. É possível, já aconteceu isso outras vezes aqui. Agora, ninguém poderá dizer que não conhece o mérito e o resultado que essa reforma trará.

Faço esse esclarecimento, até porque apresentei uma emenda que é uma redundância, mas ela era necessária. E também é constitucional essa emenda, Deputado Douglas. Porque as leis que fiz a ressalva, que estão exce-tuadas da regra de 12% são leis que estão em vigor, portanto o estado não está abdicando de receita. Que é a lei que criou o pólo tecnológico de Foz do Iguaçu, um instrumento para atrair empresas, que o Governador sancio-

nou em 2005, na época o Líder ainda era o Dobrandino da Silva que fez um intenso trabalho de convencimento para a sanção daquela lei. Infelizmente, não está sendo aproveitada do jeito que poderia ser. A cidade de Pato Branco no ano de 2007 estendeu esse benefício da lei de Foz do Iguaçu. Está tendo resultados melhores, mas não poderíamos deixar qualquer perspectiva de no futuro, daqui a pouco vem a uniformização das alíquotas. As empresas que estão instaladas em Foz e Pato Branco, perderem esse tratamento diferenciado.

Então, só fizemos essa redundância no relatório - rejeitamos uma emenda do Deputado Ribas Carli muito interessante, muito meritosa e aqui há diferença, que ele procura retirar o ICMS da conta de energia elétrica das empresas exportadoras. Por quê? As empresas exportadoras têm isenção na saída, pela Lei Kandir, a lei de 1987, elas não pagam imposto nas exportações, mas quando elas têm o insumo da energia elétrica elas pagam junto com a fatura de energia elétrica 40%, Deputado Jocelito, de ICMS e fica esse crédito morto lá na conta gráfica.

Então, o Deputado Ribas Carli apresentou essa emenda, não a acolhi justamente porque ela é ilegal - não é inconstitucional, ela é ilegal, porque ele não apresentou de onde sairia esse impacto da Receita do Estado.

O Deputado Stephanes Júnior, também apresentou emenda muito inteligente que provavelmente reapresentará aqui em plenário que é incluindo em material de higiene, produtos como lenço umedecido, toalhas de papel que estavam excluídos, porém também não tinham requisitos de dizer de onde que sairia essa Receita.

E digo mais, há prerrogativa de todos os Parlamentares de apresentar emendas? Existe e pode ser apresentado em plenário. Mas temos, para alguém entrar, Deputado Durval Amaral, alguém tem que sair. Eventualmente se sair alguém de dentro dessa reforma tributária meio gordinho, quando falo meio gordinho não precisa ser aquilo que é a maior fatia que são os alimentos, mas de repente alguém que significa aí uma fatia considerável da renúncia de Receita. Daqui a pouco dá para implantar não só essa iniciativa do Deputado Carli, como a iniciativa do Deputado Stephanes, a Liderança do Governo e outros Deputados já anunciaram a vontade de colocar material escolar, e é interessante porque daqui a pouco colocamos algo que beneficia muito mais a população que algumas reduções, que sinceramente não tem tanto nexo com a idéia que o Governo, por exemplo, temos uma proposta do Deputado Stephanes que eu fui o Relator, dei parecer pela inconstitucionalidade que é retirar dos hospitais filantrópicos - o que são hospitais filantrópicos? Aqueles que atendem mais de 60% pelo SUS ou até 60%, que não pague o ICMS da conta de energia elétrica. Por quê? Porque eles estão fazendo um papel que é do estado e da Saúde Pública e o SUS é o Sistema de Saúde Pública.

Por que dei parecer pela inconstitucionalidade quando ele apresentou esse projeto? Porque não tinha o impacto. De repente agora é a oportunidade de inserirmos

essa idéia do Deputado Stephanes que já apresentei a título de indicação na legislatura passada, para que leve um benefício, principalmente para as Santas Casas, para hospitais filantrópicos, hospitais particulares que têm atendido grande parte de seus pacientes através do Sistema Único de Saúde.

Então, é algo que tem que ser amadurecido. Temos pouco tempo, mas com certeza até a Presidente enaltecia a presença de 53 Deputados aqui hoje, tenho certeza que estamos aqui em regime de prontidão nesses 15 dias e dá para debater e tirar o máximo de proveito.

Continuo, no mérito, Deputado Douglas, sendo contra, mas na questão técnica o parecer é pela constitucionalidade, e as emendas que forem apresentadas, dentro de uma norma técnica e uma possibilidade legal, vamos acolher e aí compete a quem tem voto, aceitar.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Reni. Naturalmente sabemos que V. Exa. daria um parecer favorável à questão técnica do projeto e pela sua constitucionalidade, que é de iniciativa do Governo apresentar esse projeto.

Mas, pedi vistas para que pudesse estudar ainda melhor esse projeto, porque também dá para entender, Deputado Reni, que embora o Governo esteja falando em tirar de um determinado setor, reduzir imposto e aumentar em outro, ele também poderia oferecer condições, por exemplo, de fazer uma readequação funcional, reduzir custos que também compensaria, porque ele só fala em impostos, aumentar para cá e diminuir para lá, mas não fala, nesse projeto ele poderia reduzir os custos. Por exemplo, enxugar a máquina. Vai reduzir os custos nos mesmos percentuais que está reduzindo o imposto, não precisaria aumentar na energia elétrica, não precisaria aumentar nas telecomunicações. O que o povo não agüenta mais é aumento de imposto.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Reni, estou apresentando uma emenda a esse projeto. A emenda versa sobre a mudança da pauta para a cobrança do ICMS para o combustível, para a gasolina. Hoje, a pauta é determinada pela Secretaria das Finanças. Eles fazem uma pesquisa de preços no estado e a Secretaria das Finanças é que determina a pauta. Gostaria que houvesse uma alteração, que a pauta seguisse o preço médio do Brasil através da ANP.

Estou pedindo a alteração, ao invés da pauta ser cobrada pelo estado seja versada pelos valores da Agência Nacional de Petróleo. Acredito que essa emenda seja extremamente constitucional.

#### **O Sr. Durval Amaral (DEM)**

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que não poderia ser de forma diferente o seu parecer pela constitucionalidade da matéria, até porque a mensagem esta

amparada, não só na Constituição, mas também na Lei de Responsabilidade Fiscal, e que o mérito, efetivamente, vai ser amplamente discutido e debatido no Plenário da Assembléia Legislativa.

Até tenho conversado com muitas lideranças, com muitas pessoas e, todos são unânimes ao dizer que quanto à redução do ICMS no estado do Paraná, todos os cidadãos paranaenses, os empresários, todo mundo é a favor. Agora, efetivamente, a maioria dos segmentos têm se posicionado contrário em função do aumento da energia elétrica, em função do aumento da telecomunicação, em função do aumento da gasolina, mas que tudo isso foi amplamente discutido e debatido nas Audiências Públicas. Isso ouvimos nas Audiências Públicas. Mas serão efetivamente os Srs. Deputados, no plenário, que no mérito vão decidir se o projeto deve prosperar ou não.

Só cumprimentando V. Exa. pela maneira correta, imparcial de ter dado o seu parecer pela constitucionalidade. Não foi votado hoje, mas possivelmente será no dia de amanhã.

Obrigado.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Obrigado, Sra. Presidente, pela complacência.

Só para informar o Deputado Douglas que infelizmente essa redução, ou essa otimização administrativa não consta no projeto. Motivo pelo qual, perante a técnica, não pode ser contemplada, mas de resto não há o que tirar.

Agradecer mais uma vez ao Deputado Durval pela confiança, porque nessa questão técnica, mais uma vez volto a falar, o projeto está impecável. Quanto ao mérito o Plenário decidirá.

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, PSDB; posteriormente, os Democratas.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Subi à tribuna hoje, para falar um pouquinho da reforma tributária. Vamos estar votando nos próximos dias, amanhã, já na CCJ, só não votamos hoje, porque usamos um artifício do Regimento Interno. Vejo com muita preocupação, Deputado Tadeu Veneri, não vou entrar nem na questão que o Deputado Reni estava falando da constitucionalidade. É constitucional, mas nem tudo que é constitucional deve ser votado. Há situações em que não podemos criar mais dificuldades que já temos. Vamos votar a reforma tributária. Vemos hoje o Governo Federal muito preocupado com o emprego. Preocupado e lançando todo dia pacote, colocando todos os dias dinheiro no mercado, porque estamos entrando numa crise sem precedentes.



A crise não chegou no Brasil e já estamos vendo notícias que a Volvo demite 450, e ali por diante.

Quem é o primeiro atingido por essa reforma? O trabalhador e as empresas. Porque os benefícios, eventualmente falados pelo Líder do Governo, que chegará nas mercadorias, nos produtos, chegará se a lei de mercado assim o exigir. Não fixa data. Segunda-feira você vai aos supermercados e vai comprar algo que baixou o preço. O imposto que o Governo está aumentando vai chegar a você que está sentado no sofá da sua casa, no final do mês. Essa reforma implantada, a partir do mês de abril, no final do mês o senhor que está sentado no seu sofá vai receber um presente do Governo e não vai poder escapar. O primeiro presente, 2% da energia elétrica, aumento. Isso é carga tributária. Depois, quando o senhor for abastecer o seu carro, o senhor vai pagar mais 2% na gasolina, e quando o senhor for pagar o seu telefone vai ter mais 2% no telefone. E aí vem o Governo e quer nos convencer de que o benefício será diminuir o imposto dos produtos elencados, se a lei de mercado exigir.

Vamos fazer uma pergunta para nós mesmos: quando há uma crise, a crise atinge primeiro o rico ou atinge primeiro o pobre? Atinge primeiro o pobre. Não atinge o rico. Quais são os países ricos do mundo? Estados Unidos, Inglaterra, França, Austrália, Europa estão em recessão. E aí o Lula contou para os brasileiros a história do remédio: "Você está com problemas de saúde, e agora tem um remédio moderno e você vai se recuperar." Você sabe que aquele paciente não vai se recuperar, mas tem que deixar ele animado. O que foi que o Lula quis dizer com isso para os brasileiros? A crise está aí, mas não posso admitir, porque senão vai cair o ânimo da população, dos empresários, a preocupação vai ser maior e a crise vai chegar antes do momento que deve chegar. Isso que o Lula disse para nós.

Eu vi ontem uma entrevista do Governador de Minas Gerais, o Aécio, falando que em Minas Gerais alguns setores já atingidos pela crise receberam um aumento de prazo para recolhimento do ICMS de 40 dias. Nós, aqui no Paraná, vivemos num estado de maravilhas. Estamos em condições de discutir uma reforma tributária e taxar as empresas paranaenses, as microempresas, as pequenas empresas, em mais 2%. Parece que aqui não estamos em crise.

O momento seria de uma inteligência aplaudível, se o Governo retirasse a reforma tributária. A melhor atitude. Não quero entrar no mérito. Há pontos positivos na reforma tributária? Há. Há pontos negativos? Há pontos negativos. Então, ela se equilibra, a reforma tributária. Mas, discutir e dizer para as microempresas, aos pequenos empresários, às grandes empresas do Paraná de que no final do mês vai chegar para eles mais 2% no consumo de alguns produtos, aí quero fazer uma pergunta: Deputado Teruo Kato, V. Exa. tem uma empresa, tem uma matriz no Paraná e uma filial em Goiás. Subjetivamente falando. V. Exa. tem que diminuir produção, devido à crise. V. Exa. tem que demitir funcionários, trabalhadores

de sua empresa. V. Exa. vai demitir funcionários de Goiás, onde paga menos impostos, ou do Paraná, onde paga-se mais impostos? Naturalmente, vai demitir do Paraná. Porque é uma questão de produção da própria empresa.

Então, quem quer preservar o emprego, neste momento, pede para o Governador retirar a reforma tributária. O momento é de muita incerteza, muita insegurança. Ou não estamos assistindo o que está acontecendo no mundo. Ou nós achamos que os países ricos vão sofrer. E nós, os emergentes, não? Se o rico está sofrendo, e quando digo rico falo da Europa, dos Estados Unidos, imagina o que vai acontecer conosco, os emergentes! Nós, que estávamos saindo, depois de muitos anos nos quais domamos a inflação, foi uma sequência de acertos na economia brasileira. Cá para nós, temos que reconhecer a atitude do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando começou a debelar a inflação. Depois veio o Presidente Lula e temos que reconhecer... Ontem vi economistas fazendo comentários de que a grande virtude do Presidente Lula foi dar continuidade a este processo de debelar a inflação. E aí estamos num crescimento. hoje, do PIB, de 5%. E agora recebi, no meu telefone, estudos do Banco Central. Até a semana passada falavam que o crescimento seria de quatro. Há 15 dias atrás. Na semana começaram a falar em três. E hoje o Banco Central chegou à conclusão de que nós, ano que vem, vamos crescer 2,5. Se nós vamos crescer 2,5, sabem quantos milhões de empregos faltarão, ano que vem, para aqueles que entram no mercado de trabalho? Dois milhões de empregos. Porque temos que crescer 4% e falta 1 milhão e meio.

Este ano, crescendo 5%, estamos gerando mais de 2 milhões e meio de empregos. Mas, ano que vem o carro que está em alta velocidade vai dar uma freada. Só parta concluir, gostaria da compreensão de V. Exa., de hoje para amanhã nós podemos começar a mudar um pouquinho, colocar um salzinho neste tempero.

Nós podemos, temos o poder de mandar um recado ao Governador, através do Líder do Governador, Deputado Luiz Claudio Romanelli, dizer: Governador, vamos tomar uma atitude saudável. Nós queremos proteger o trabalhador. E como é que vamos proteger o trabalhador? Criando menos turbulência possível na economia; e a maneira de criar menos turbulência na nossa economia é não mexer com reforma tributária.

O Congresso Nacional, na semana passada, deixou para o ano que vem. Vamos assumir um compromisso aqui e vamos deixar a nossa reforma tributária para o ano que vem, pois daqui três ou quatro meses vamos ver a economia se estabilizando, a crise talvez já tenha passado e aí sim vamos discutir, porque a forma com que o Governo está implantado essa reforma tem uma forma de aumentar a receita, sim, pela eficiência da arrecadação, porque ninguém vai fugir. Por exemplo, se você não pagar a taxa de luz, no final do mês eles cortam. Se não

pagar a gasolina no posto, não abastece; e se não pagar o seu telefone, não tem telefone porque corta.

Então, a forma de arrecadar é inteligente, mas não tenho dúvidas que a medida mais prudente, hoje, era o Governador retirar essa reforma tributária. E só vai retirar essa reforma tributária daqui e depois não venham subir na tribuna dizendo que estão querendo proteger o trabalhador, que não estão querendo gerar desemprego, porque a melhor maneira de fazermos o Governo recuar nessa reforma não é porque o Deputado Rossoni está falando, mas é cada um de nós mostrar um pouquinho de resistência.

Sabe o que é resistência, Deputado Luizão? Mostrar que não é momento de mexer no bolso de quem gera emprego neste país. Setenta por cento dos empregos deste país são das micro e pequenas empresas e nós vamos taxá-las. Eles vão receber as três contas no mesmo mês. Essa história que vai diminuir o preço da mercadoria, é fantasia. O reflexo dessa reforma tributária será automática na cobrança do imposto, mas no produto que vai receber a diminuição do imposto pode levar seis meses ou um ano. Não sabemos quanto tempo.

Por isso, concluo aqui o meu pronunciamento e amanhã voltamos. Acho que temos que debater isso aqui, porque vejo que essa reforma tributária está passando muito fácil por esta Casa e temos a obrigação de começar a mostrar a nossa dificuldade. E se nós queremos proteger o emprego, a forma de fazer é protegendo os micro e pequenos empresários que vão receber esse presente que estamos aqui querendo aprovar.

Muito obrigado. Agradeço à Presidente pela compreensão.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, no horário da Liderança do Democratas.

## ***Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Há muitos anos estamos aqui na Assembleia Legislativa e, assim como eu, diversos têm se manifestado em relação à Segurança Pública. Gostaria de voltar a esse tema da Segurança Pública, especificamente do extremo oeste do nosso estado, desde Foz do Iguaçu até a cidade de Guaíra. No dia 4 de setembro de 2007 lemos aqui na Assembleia um documento que foi enviado pelas lideranças do município de Guaíra, e esse documento enviamos à Secretaria da Segurança Pública. Eu e outros Deputados fizemos menção à questão da Segurança Pública daquela região. Eu disse, naquela ocasião, que os marginais estavam subindo o rio, estavam indo para Guaíra, para Nova Iraí no Mato Grosso.

Ontem a Gazeta do Povo publicou uma manchete de primeira página: “Contrabando sobe o rio Paraná e implanta nova rota do crime.” Diversos outros jornais

fizeram menção à essa criminalidade que tem aumentado consideravelmente.

Essa reportagem está nas páginas 16 e 17, fazendo menção de apreensão de contrabando, de drogas, de armamento. E uma coisa me chamou a atenção. Não sabia que a Polícia Federal, em Cascavel, tinha apreendido uma metralhadora calibre 50. Diz que essa metralhadora estava indo para São Paulo. Essa metralhadora tem capacidade de derrubar um helicóptero, de ultrapassar o vidro de carros blindados, ou seja, carro-forte.

E de onde vem esse armamento? Do Paraguai para o lado brasileiro. Passa por onde? Não é só de Santa Helena até Guairá. É de Foz do Iguaçu até Guairá. Em Santa Terezinha, São Miguel, Missal, Itaipulândia, Santa Helena, Entre Rios, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Guairá e aí vamos para outro estado. Vamos para Mundo Novo e assim por diante.

Digo isso porque o Governo tem que dar um tratamento diferenciado para as divisas do nosso país com o vizinho país Paraguai, com relação à Segurança Pública.

São dezenas e dezenas de portos clandestinos no lado de Itaipu. E foi confirmado, na reportagem, pelo fotógrafo do jornal que ficou três dias em Guairá e no Paraguai. Parece que não querem resolver o problema. Existe a divisa seca no Mato Grosso, você atravessa de um país para o outro sem problema nenhum.

Não adianta querer combater a criminalidade nos grandes centros, pois o armamento vem de fora. Tem que usar a estrutura que o Governo Federal tem. Se for necessário, o Exército que use. Se for necessário, a Marinha que use. Use a Força-Tarefa mas não comunique na imprensa: “Olha, a partir do dia 20 de dezembro a Força-Tarefa estará combatendo a criminalidade do lado de Itaipu, compreendendo Foz do Iguaçu até Guairá”. E depois: Olha, dia 25 de janeiro a Força-Tarefa vai deixar de atuar.” É lógico que se você divulgar as pessoas vão fugir e procurar outros lugares. É isso que acontece em Foz do Iguaçu. Você mantém uma fiscalização mais rígida na ponte e eles procuram outros lados, ou é o rio Paraná da barragem para baixo, ou é no lago de Itaipu. Parece que só os Governos não enxergam isso!

O que acontece daí? Aí vem o contrabando. Como disse a reportagem e as próprias pessoas falam, se fosse só o contrabando do cigarro, já que 40% do cigarro consumido vêm de forma ilegal para cá, não é importado, é contrabandeado, agora, não é só o cigarro, são as drogas, é o armamento que vêm dos outros países, e nada se faz ou muito pouco se faz para resolver essa questão.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Deputado, o Governo do Estado, embora com muita dificuldade, vem fazendo esforço para combater a entrada de produtos ilegais que vêm do Paraguai, principalmente o contrabando de armas, de drogas, de cigarros. O cigarro prejudica também o Governo do Estado na sua

arrecadação. Já falei aqui, V. Exa. já se pronunciou sobre esse assunto, que quem tem que fazer a fiscalização na fronteira é a Guarda Nacional. Essa é uma responsabilidade do Governo Federal. A Polícia Federal é que tem que guarnecer a nossa fronteira. Claro que o Estado, por mais que queira, não tem condições, não tem estrutura para dar segurança em todo o Litoral, ou seja, em toda fronteira do Paraná com o Paraguai e assim por diante. Precisaria que o Governo Federal criasse uma patrulha em toda essa extensão do Paraguai, do Paraná com o Paraguai, do Mato Grosso com o Paraguai, porque entra por todas as fronteiras, não entra só pelo Paraná, entra pelo Mato Grosso, entra por tudo que é lado. Então, já defendi isso, precisa que o Governo Federal tenha a responsabilidade de criar essa infra-estrutura de segurança para coibir esse abuso enorme que, hoje está prejudicando, está matando na verdade a família, com as drogas que entram pelo Paraguai.

O Governo do Estado faz o que pode, mas não podemos deixar de destacar aqui: a responsabilidade é do Governo Federal.

Muito obrigado.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, na verdade, o que o Deputado Dobrandino acentua já é uma reivindicação não nossa, não dos representantes daquela região, Deputados de lá, mas da população. E o que falta e é difícil de compreender, V. Exa. tem razão de estar erguendo o tom de voz, é que não pode Força Nacional de Segurança, porque o Governo tem que requerer. Não pode o Exército, porque essa não é a função, mas este ano está demorando, Deputado Dobrandino, Deputado Chico Noroeste, para vermos o Exército auxiliando a Receita Federal a tomar brinquedinhos das pessoas no pedágio. Está demorando a ver as forças do Exército lá ajudando. Nada contra. Está auxiliando.

Não sou favorável ao contrabando, mas é esquisito para a população entender que o Exército possa atuar ajudando, dando segurança para a Receita Federal, principalmente para tirar brinquedos, porque o que passa na BR é brinquedo, porque o resto, como V. Exa. fala, passa por outros meios, e ali pode o Exército, agora, em relação àquilo que é o grosso, que é o lago, que é o rio, aí lá não pode.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Só para parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

A situação da Segurança no estado do Paraná não está nada boa. Para falar bem a verdade, está horrível! A Polícia Científica não tem reconhecimento. A Polícia Civil está com problemas de efetivo. Todo mundo sabe que estão convocando policiais aposentados, o Plano de

Cargos e Salários ficou apenas no discurso, no papo furado. A Polícia Militar está numa situação terrível, desastrosa, porque o efetivo é o mesmo dos anos 80, Deputado Elio Lino Rusch. E agora, estamos com o problema da Polícia Rural, nos distritos rurais estamos com problemas graves.

Muito obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço aos Srs. Parlamentares, agradeço à Presidente.

Só espero que após essa reportagem que saiu ontem no jornal Gazeta do Povo, e com toda a certeza nos outros jornais, que isso possa fazer com que os nossos Governos - quando falo nossos Governos, eu falo Governos Estaduais, aqui, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e o Governo Federal, que possam tomar as medidas necessárias, que venham tomar medidas necessárias para coibir exatamente o tráfico de armas e o tráfico de drogas que vêm à porta de entrada, que todos nós sabemos, parece que só a Polícia não sabe. É pôr patrulhamento no lago. Existem hoje tantos mecanismos, será que o Governo não consegue pôr um radar para detectar se isso é à noite ou de dia? Descobre-se tudo, só o Governo que não quer. Os nossos Governos têm que tomar uma medida e têm que ter um tratamento diferenciado para a nossa região que faz divisa com outros países.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, eu gosto de vir à tribuna e estar na Assembléia quando V. Exa. preside as Sessões. V. Exa. preside com competência, com serenidade, consegue, de fato, impor o respeito que esta Casa lhe dedica, justamente pela sua tranquilidade na condução dos trabalhos. Queria saudar as demais Deputadas que estão aqui, Srs. Deputados.

Eu, na verdade, Deputado Elio Rusch, subi à tribuna hoje para falar sobre reforma tributária, mas como eu, antes ainda aqui no plenário conversava com alguns companheiros Deputados, hoje, claro, para falar de reforma tributária, temos que falar sobre competência, sobre estrutura, sobre organização e sobre o apoio. E é por isso que eu quero saudar toda a nação rubro-negra, por isso que eu vim com essa gravata hoje, para poder, de fato, dizer que a tarde e a noite de ontem foram um grande momento. E nós, de fato, atleticanos e paranaenses, Presidente Deputada Cida Borghetti, que também é atleticana, que tem essa simpatia pelo nosso clube, temos que reconhecer o maior time e que tem a maior torcida do

estado, que tem o melhor estádio, que tem uma estrutura de treinamento que é invejada no Brasil inteiro, que tem estrutura financeira, que é bem administrado, que tem o melhor técnico, não vai para a segunda divisão. Ao contrário, se classificou para o Campeonato Sul-Americano. Eu sei que isso doeu muito, porque teve uma torcida contra o nosso Atlético que foi uma coisa impressionante. Eu mal comparo, às vezes, o Atlético como o nosso Governo, como o nosso Partido PMDB, e como tantos outros partidos que têm uma base sólida a sociedade. E como foi bom ontem, Deputado Elio Rusch, ver o Clube Atlético Paranaense golear o Flamengo, que desembarcou no sábado em Curitiba, com charanga e tudo.

Que goleada fantástica o Atlético fez ontem e que momento fantástico.

Em um momento bom e importante, que em março de 2009 Curitiba deverá ser escolhida para ser umas das subsedes da Copa. Não poderia ser o time, que justamente vai sediar aqui a Copa do Mundo, viver um momento desse.

Sei que teve corvo agourento querendo que fôssemos para a segunda divisão. Mas hoje estamos na Sul-Americana e a nação rubro-negra está feliz da vida. Certamente todos que são amantes do futebol, da mesma forma.

Dizer, Sra. Presidente, que estamos vivendo uma semana importante. Vi o seu nome, Deputada Luciana, na relação feita pela Gazeta do Povo, na lista dos Parlamentares indecisos, aqui em relação à reforma tributária. Pensei que V. Exa. já estivesse convencida, porque quem participou pelo menos de uma ou duas, das sete Audiências Públicas por este Paraná - teve Parlamentares que participaram da maior parte delas e alguns da totalidade - pôde ouvir argumentos muito forte, contra e a favor.

Gostei de ouvir os segmentos econômicos nessas reuniões. Porque sempre sustentei aqui desde o início, que a lógica do capitalismo, da economia de mercado, na competitividade, prevalece. Vimos - Deputado Elio Rusch, V. Exa. que professa ideologicamente o neoliberalismo - os representantes dos segmentos econômicos que serão beneficiados com, a redução da carga tributária dizerem: "Reduzam o imposto, que reduzimos em 100% ou talvez até mais do que recebemos de redução de imposto, o produto na prateleira." Foi isso que ouvimos do setor supermercadista, dos representantes dos fármacos, de autopeças, das lojas de departamentos e de outros segmentos. Alguns que tinham preocupações pontuais entendem que já fizemos alguns avanços. Discutimos com o Sindicombustíveis, para poder naquela do ICMS, cobrar o imposto daquilo que é vendido, ou seja, adequar algumas realidades. Isso foi bem trabalhado. Foi um momento grandioso da Assembléia Legislativa do ponto de vista de buscar, com as Audiências Públicas, uma maior proximidade da sociedade civil e organizada. Tenho defendido, não é de hoje, esse modelo que a Assembléia tem que ter.

A democracia não se basta no modelo da democracia representativa. Termos que avançar na democracia participativa. O desafio é fazer a democracia participativa, de participação popular e controle social no Parlamento. É muito difícil. No Governo é fácil, em termos. Mas se criam as esferas de decisão e discussão na implementação das políticas públicas, a partir do processo de gestão democrática.

No Parlamento é muito mais difícil, porque cada um que aqui veio, chegou pelo sistema representativo e se julga dono do seu mandato. E um problema grave que temos, por maior que seja a visão que o Parlamentar tenha sobre o modelo de sociedade que temos e pelo posicionamento filosófico e conceitual em relação à vida e a própria existência, temos o desafio de modificar essas relações. Não tenho dúvida de que avançamos muito nesse processo de discussão da reforma tributária.

Hoje, quando começamos a discutir na Comissão de Constituição e Justiça o relato apresentado pelo Deputado Reni Pereira a favor da constitucionalidade e da legalidade do projeto, porque o projeto é constitucional e legal, ele é absolutamente incontroverso, também começamos adentrar no mérito da discussão. Ouvi, por exemplo, de um Parlamentar por quem tenho muito respeito, Valdir Rossoni, temos posições antagônicas, velhos argumentos - um deles é esse da indústria.

Então, para explicar às pessoas que muitas vezes eu entendo que nesta Casa, às vezes, as pessoas não param e discutem lei. Olha, estava fazendo as contas, o Brasil, primeiro, é um país surrealista, porque aqui nós pagamos imposto sobre imposto. Então, todo mundo sabe - sobre o ICMS pegamos ainda as contribuições federais do PIS e do COFINS - então, o aumento de dois pontos na alíquota significativa, na verdade, 2,8% de aumento efetivo.

O fato concreto é o seguinte - tem uma empresa, Deputado Cheida, uma indústria, uma pequena indústria tem uma conta de R\$ 10 mil - com o reajuste para a tarifa de energia elétrica, vamos pegar a tarifa de energia elétrica que é o grande argumento que se tem utilizado aqui, vamos enfrentar isso, para poder ter bem claro esse tema - quem paga R\$ 10 mil hoje, vai pagar sabem quanto? Dez mil 280 reais. Acrescem-se R\$ 280 para quem paga 10 mil.

Mas, o mais interessante - a indústria se apropria, ela se credita de 100% desse ICMS. Como que funciona isso? Tem uma chamada conta gráfica do ICMS - de débito e de crédito - então, esse crédito do ICMS vai passar à conta gráfica e no final do mês, no dia que a empresa tem que pagar, tem que recolher o que ela vendeu, ou seja, faz a compensação, porque o ICMS é um imposto compensatório, a diferença ela paga.

Então, Deputado Dobrandino, ela vai poder se creditar de todo esse ICMS. Então, o ICMS não vai alterar absolutamente nada. Uma empresa, por exemplo, que gaste muita energia elétrica, uma indústria que gaste R\$ 100 mil é uma indústria grande, não é uma indústria

pequena. Quanto que vai dar a mais por mês? Dois mil e 800 reais. A conta dela vai para R\$ 102 mil e 800.

(**Término do tempo**)

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

Aí uma empresa, Deputado Péricles, que são raríssimas no estado, mas vamos pegar uma empresa que gaste R\$ 1 milhão por mês de energia elétrica - a Volvo, por exemplo, deve gastar R\$ 1 milhão por mês de energia elétrica, talvez gaste até mais, mas gaste R\$1 milhão - quanto que vai significar o aumento para ela? Vinte e oito mil reais. Ela vai pagar R\$ 1 milhão e 28 mil e se apropria de 100% desse ICMS, ou seja, na verdade não há custo nenhum para a indústria do Paraná esse aumento da alíquota do ICMS.

O mais interessante, Deputado Péricles, e que poucas pessoas sabem, eu disse isso já algumas Audiências Públicas, mas infelizmente, as pessoas, eu entendo que muito industrial que falou, falou com a memória curta, porque uma das grandes medidas que este Governo tomou foi de fazer uma modificação importantíssima para a indústria paranaense. Foi quando fizemos, há cerca de um ano, um ano e meio atrás, o diferimento do ICMS para as relações havidas entre contribuintes dentro do estado do Paraná.

Ora, antigamente, quando uma indústria do Paraná ou uma de São Paulo vendia para uma empresa paranaense que é contribuinte, atacadista, por exemplo, vinha o ICMS de São Paulo com 12 e a empresa paranaense vai vender com 18. O que o nosso Governo fez? Fez o diferimento, ou seja, a indústria paranaense passou a vender para o contribuinte paranaense com 12. Isso foi apropriado, porque daí o diferimento foi para quem? Foi para o consumidor final. Esse continuou pagando 18. Com a nossa reforma tributária, com o nosso tipo de indústria, seja autopeças e tantos outros setores, quem vai ganhar agora vai ser justamente o consumidor final, que chega na ponta o desconto, que já tinha sido apropriado.

Por que estou colocando isso? Porque, olha, sinceramente, não podemos ficar repetindo algumas coisas que sabemos que não são verdadeiras e não são objeto de uma discussão séria, que seja corretamente analisada.

Eu, por exemplo, Deputado Marcelo Rangel, achei válidas as afirmações sobre o representante da indústria da cerveja, em Ponta Grossa. O que aconteceu com a indústria de cerveja? Já conversei com várias pessoas e digo que a carga tributária da cerveja é muito alta. Não estou defendendo para que se reduza a carga tributária, mas já percebi que simpatia nenhuma existe em relação à indústria da cerveja. É impressionante isso. Como não tem relação à indústria do fumo.

O fato concreto é termos o momento, agora, para podermos fazer uma modificação, uma redistribuição da carga tributária e o momento é este! O momento é

quando você tem uma crise se avizinando, é quando você tem que reduzir os impostos, aumentar o consumo e fazer com que o salário tenha maior poder de compra estimulando a economia, aumentando o PIB do Paraná. Não tenha dúvida: é este o efeito que vamos ter com a redução dessa carga tributária para o salário do trabalhador. São 2 milhões 938 mil famílias que serão beneficiadas com a reforma tributária. Basta ver aquele estudo feito pelo Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, Deputado Elio. V. Exa. lembra das apresentações feitas e as manifestações.

Entendo, ao mesmo tempo, que muitos dos discursos que estão sendo feitos aqui, hoje, pelo menos o que ouvi, foram de Parlamentares que até já participaram desse debate, ouviram a sociedade civil organizada se manifestar. E entendo que alguns argumentos, aqui, já deveriam ter sido superados. Não esperava que velhas fórmulas fossem repetidas depois de já terem sido esgotados os argumentos em relação a este tema.

Espero que esta Casa tenha serenidade, e parece que está tendo, possa ter tranquilidade, possa ter maturidade para podermos avançar. Essa reforma tributária, essa redistribuição da carga tributária vem num momento absolutamente importante e é muito positiva para a sociedade paranaense. Porque o foco, vamos ser sinceros, não é a indústria, não é a empresa. O foco é o consumidor. São as pessoas, são os trabalhadores que vivem de salário. Esses são os beneficiados. Hoje até estive conversando com os técnicos da Secretaria da Fazenda e estou convencido que temos que incluir na reforma tributária - sei que vamos ter que tirar alguma coisa, mas, vamos ter que incluir - material escolar. Material escolar pesa muito fortemente no orçamento da família.

Temos que trabalhar bem pé no chão, mas é hora de avançar nisso. Porque quando se retira imposto, o que faz? A pessoa adquire mais capacidade de compra e o estudo está demonstrando: cerca de 10% da carga tributária é diminuída com essa modificação que estamos fazendo no orçamento familiar. Segundo o IBGE são estudos muito bem fundamentados, da Secretaria da Fazenda, com base no Sintegra - o Sintegra é a base real da economia.

Quero dizer a V. Exas. que espero que possamos, nesta semana ainda, votar em primeira discussão esse projeto. O projeto poderá receber emendas. Mas entendo que não podemos perder essa oportunidade.

Concedo aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Deputado Romanelli, acompanhei todas as sete Audiências que foram feitas, e acho que uma das grandes ausências que tivemos, até porque talvez não organizadas para participarem, foram as centrais sindicais. Acredito que hoje teríamos, talvez, um debate com uma outra ótica, a partir de uma possibilidade de fazer esses debates

com as centrais. Acho que houve, da parte das centrais e talvez da nossa parte, uma falha nesse aspecto.

Tenho uma única preocupação: acho que o projeto tem o mérito de fazer o debate a respeito da redução, com um setor que é o setor das panificadoras. Não sei se vamos conseguir encontrar, porque as panificadoras, na sua ampla maioria, são espaços ou empresas familiares, na sua ampla maioria são empresas familiares, são empresas de pessoas que têm quatro, cinco, seis empregados. Segundo o Presidente do Sindicato das Panificadoras, Sr. Joaquim, que conheço pessoalmente, a preocupação deles é que hoje já estariam incluídos no SIMPLES, na sua maioria, e que teriam um aumento por conta da energia elétrica, da telefonia e do combustível, no caso da gasolina, que talvez pudesse trazer um aumento em seus custos. Obviamente que não possíveis de serem repassados, porque os supermercados terão, a partir do momento que tiveram um custo menor, terão uma concorrência também maior.

Acho que esse projeto deve ser votado até o dia 10. Mas, talvez, nesses próximos dois dias consigamos encontrar com o Governador Requião, que assim o fez quando o Sindicato dos Combustíveis o procurou, possamos encontrar um mecanismo de que esse setor - porque acho que é um setor extremamente importante para todo o estado do Paraná - encontrarmos um mecanismo agora, ou a médio prazo, ou no decorrer do processo, que pelo menos faça com que esse setor também possa ser beneficiado, como serão os demais.

É a consideração que faço a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o aparte, Deputado Tadeu Veneri. Concordo com V. Exa.: temos que trabalhar no detalhe mesmo. Temos uma sociedade muito complexa e é justamente nessa complexidade que está a riqueza da nossa sociedade. Temos que encontrar soluções mesmo e é possível, claro, trabalhar nisso. O próprio Governador Requião já se manifestou e entendo que temos um espaço muito importante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Findo o Horário das Lideranças.

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 527/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para

o município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 528/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, que seja destinado ao município de Paçandu uma unidade da Biblioteca Cidadã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 529/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um microônibus escolar para ser conveniado com a APAE, para o município de Santa Fé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 530/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Paçandu, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 531/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Marialva, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 532/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Maringá, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 533/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Iguaçu, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 534/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Lobato, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 535/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Mandaguaçu, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 536/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Floresta, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**



uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 556/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Assaí, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 557/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Barra do Jacaré, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 558/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Sarandi, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 559/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Luiziana, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 560/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja construída no município de Rancho Alegre d'Oeste, uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, que institui a obrigatoriedade das auto-escolas, por ocasião do treinamento de direção veicular para obtenção da primeira habilitação, ao ministrarem aulas práticas, reservarem um mínimo de 3 horas, das 15 horas reservadas a essa finalidade, para as

rodovias fora do perímetro urbano. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3749, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar o requerimento.

**(Assentimento)**

Nobres colegas, a Câmara dos Deputados aprovou quarta-feira um projeto, ainda em Comissão de Justiça, estabelecendo o seguinte: que para poder dirigir numa rodovia, em todo território nacional, o portador terá que ter habilitação há mais de um ano. Tira a carteira hoje e só daí um ano que vai poder dirigir veículo automotor nas rodovias do Brasil.

E aqui o projeto é exatamente o contrário: estamos liberando os motoristas para irem aprender a dirigir nas rodovias.

Entendemos o mérito do Deputado Professor Luizão, mas também vendo o grande perigo que é colocar alguém para aprender a dirigir numa rodovia, é que estamos fazendo esse requerimento. Para quem anda só de avião, não tem tanto problema. Eu prefiro ficar com a tese dos Deputados da Câmara dos Deputados e que, se transformada em lei por lá, vai ser para todo o país.

Então, para que tenhamos mais tempo, Deputado Professor Luizão, estamos pedindo a retirada por três Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

**(Assentimento)**

Entendo o seguinte: o nosso companheiro Deputado Professor Luizão, vai ter que renunciar ao mandato no dia 31 de dezembro, porque é Prefeito eleito no município de Pinhais.

E esse projeto é um projeto que ele refletiu muito e discutiu com examinadores, fez um debate aprofundado do tema. E, Deputado Belinati, V. Exa. sabe muito bem, provavelmente alguém apresentou esse projeto lá na Câmara dos Deputados por falta de treinamento. Justamente porque o motorista, hoje, só recebe treinamento para poder dirigir na cidade. E quando chega nos finais de ano, feriados, naqueles períodos em que as pessoas que não estão habituadas a dirigir nas estradas, além das barbeiragens, vemos graves acidentes.

O que pretende o projeto do Professor Luizão? É justamente fazer com que as pessoas possam ter qualificação para poder dirigir nas rodovias. E o que é melhor, a pessoa aprender a dirigir sozinha na rodovia, ou ter um condutor, um profissional que vai estar ali pedagogicamente ensinando quais são, de fato, os movimentos, a atenção, como deve se comportar.



Entendo que o projeto é relevante. Se retiramos por três Sessões, certamente não volta mais este ano. Entendo que em homenagem ao Deputado Professor Luizão, devamos votar esse projeto ainda neste período desta Sessão Legislativa. Por isso, encaminho pela rejeição do requerimento.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, antes de mais nada, acho até desnecessário que falemos aqui do apreço que temos pelo Professor Luizão. Ficamos acompanhando toda a sua campanha e nos alegramos com a sua vitória no município de Pinhais.

Se alguém chegar, por exemplo, numa escola de Medicina, o aprendizado, logicamente, será feito em cobaias, muitas vezes em cadáveres. Ali aprenderão para depois, ao final do curso, quando se diplomarem, poderão trabalhar nos seres humanos, fazerem aplicação dos seus conhecimentos médicos.

Veja bem, o Deputado Belinati, falou que foi na Câmara, mas não é na Câmara, onde se teve o encaminhamento dessa questão. Nós temos aqui a Gazeta do Povo dizendo o seguinte: “Projeto obriga a auto-escola a darem aulas de direção em rodovias.”

Bom, aqui temos outra notícia: “Comissão do Senado barra motorista novato em rodovias.”

Aquilo que falei, para você fazer o aprendizado médico, você tem que fazer de maneira racional e inteligente. Agora, imaginem vocês esse mundaréu de gente que não sabe dirigir, ficar praticando nas rodovias.

Deputado Marcelo Rangel, eu não sei, mas acho que vamos multiplicar muito o número de acidentes nas rodovias. Não foi a Câmara dos Deputados, viu Deputado Belinati, foi o Senado que fez essa aprovação: “Antes de irem para as rodovias, os motoristas terão que ter no mínimo um ano de carteira.”

Então, o projeto do Professor Luizão, caminha no sentido contrário. Estou sendo muito insistente nisso. Projeto aqui do Professor Luizão: “O projeto obriga auto-escolas a darem aulas de direção em rodovias.” Imaginem essa barbearagem toda tomando conta das nossas rodovias. “Mais vai ter um inspetor do lado”. Daí o inspetor fala: “Acelera”. O cara não sabe dirigir, se atrapalha e breca. Aí vem um caminhão com 80 toneladas atrás. Olha, no meu entendimento é uma temeridade muito grande!

Então, estamos aprovando um projeto para colocarmos pessoas inexperientes para dirigirem, aprenderem na prática, colocando em risco, no meu entendimento, a vida de muita gente.

O projeto é do Senador Aloísio Mercadante, do glorioso PT, que abriga o nosso Professor Luizão. É por isso que gosto da democracia, porque as idéias estão aí para serem conflitadas e para serem conflitantes. Um obriga e o outro proíbe. Agora, me parece, Deputado Fabrício, que a decisão do Senado vai inviabilizar a apro-

vação desse projeto nosso aqui, porque mais e mais esse projeto é flagrantemente inconstitucional.

Olha, como Líder do PMDB, exponho essa posição e deixo em aberto, democraticamente, o caminho para que os companheiros de bancada sigam da maneira que bem entenderem.

Por isso que, no mínimo, sou favorável para que se adie, como proposição do Deputado Belinati, que se faça o adiamento dessa votação.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Para encaminhar, Deputado Marcelo Rangel.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Sou a favor do requerimento e sou contra o projeto, por uma questão técnica.

Gostaria de parabenizar a atuação do Deputado Professor Luizão. Entendo, Deputado Elio Rusch, que o Deputado teve boa intenção, tanto é que na súmula da lei que foi aprovada na semana passada no Senado, na justificativa dizem que os motoristas novatos respondem por sete em cada oito acidentes com mortes.

Entendo a boa intenção do Deputado Professor Luizão. Porém, por uma questão técnica, isso é inviável. Temos 804 auto-escolas no estado do Paraná, 60 mil carteiras expedidas por lei. Ou seja, daria, se excluir sábado e domingo, daria em torno de 2 mil e 800 motoristas, ou melhor, aprendizes, não têm carteira, não são motoristas que estarão nas rodovias do estado do Paraná, na BR-376, 116, na rodovia da morte.

Imaginem vocês que estão acompanhando pela televisão, você entrar em uma rodovia e, com certeza, encontrar um, dois, três, cinco, 10, 20 carros de auto-escola nas rodovias com aprendizes e com velocidade mínima de 60 km/h. Ou seja, eles vão ter que dirigir a mais de 60 km/h, sem conhecimento de causa. Mesmo com instrutor ao lado isso é perigoso!

Professor Luizão, entendo a sua boa intenção, mas voto contra o projeto e a favor do requerimento pela retirada do projeto.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Para Encaminhar)**

Tive o cuidado de conversar com alguns instrutores de auto-escolas e confesso o quanto é polêmico esse projeto. Inicialmente quero declarar o meu voto favorável ao projeto, e enquanto Líder da Bancada ou do Bloco Independente, liberá-los para que cada um vote conforme as suas respectivas consciências. Mas enquanto ouvi atentamente os nobres Parlamentares e V. Exa., Deputado Waldyr Pugliesi, achava engraçado como faz diferença o ponto de vista. A maioria que aqui se pronunciou diz que o Deputado Professor Luizão, com a sua proposta, vai contra o Senado, ou a proposta do Senado vai contra a proposta de lei do Deputado Professor Luizão. Vejo de forma diferente. Entendo que hoje os motoristas recém-

habilitados estão com dificuldades, ou não podem enfrentar uma rodovia, justamente por falta desse preparo. Os habilitados motoristas pecam por justamente lhes ter faltado instrutor ao lado, que lhes desse toda essa manutenção e que os capacitasse para tal.

Além do mais, com instrutor ou sem instrutor, depois de recém-formados, penso ser muito pior aqueles que julgam estar habilitados, sem estar, e que enfrentam as rodovias e acabam, sim, causando acidentes.

Outro fato que deve ser levado em conta, minha mãe, na sua modesta sabedoria popular, costuma dizer que costuma morrer afogado quem sabe nadar. Porque a pessoa abusada, julgando que já está pronta para enfrentar o alto-mar, se aventura. Quando a pessoa não tem esta segurança, ela não se arrisca.

Então, fui formado por uma auto-escola, e em muito me auxiliou a presença do instrutor do lado, me ensinando os macetes, determinadas técnicas, determinados cuidados. E levando em conta, também, Deputado Professor Luizão, e penso que V. Exa. deve ter pensado assim, que o carro está preparado para tal, para que o domínio total seja do instrutor, e ele não vai colocar em risco a sua vida e a vida do aluno. Ele não vai ser louco de colocar em risco ambas as vidas.

Por esta razão, Sra. Presidenta, encaminho contrário ao adiamento de votação da proposição do nobre Deputado Professor Luizão.

Muito obrigado.

#### A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidenta, desnecessário seria esta colocação, visto que estamos votando requerimento. Mas, para que não haja dúvida quanto à possibilidade de vencer ou não o requerimento, quero me declarar minimamente favorável ao requerimento, já que coloquei na passada e coloco novamente, acho este projeto é meritório, porém de um risco extraordinário.

Concordo plenamente com as colocações que aqui foram feitas quanto ao risco deste projeto. E poderia acrescentar tantos e tantos outros argumentos. No entanto, se eventualmente ele não for retirado, na votação do projeto me inscrevo para encaminhar contra o projeto.

#### A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já me manifestei da outra vez e agora só sobre o requerimento do Deputado Antonio Belinati, quero encaminhar contrariamente ao requerimento. E até fazer um apelo ao Deputado Antonio Belinati, para que retire o

requerimento, para que possamos, de fato, votar este projeto. Pode ser aprovado ou não, mas homenageando o nosso Deputado Professor Luizão, que será Prefeito já a partir do ano que vem.

O assunto parece-me polêmico. Minha opinião, depois vou encaminhar, se o requerimento passar, favorável ao projeto, porque se trata de uma questão vivencial. E às vezes as pessoas aprendem a teoria e lhes falta a prática. E o Deputado Professor Luizão coloca claramente que a pessoa vai aprender a teoria e também a prática. Porque se não for aprovado o projeto, as pessoas vão treinar, vão aprender do mesmo jeito nas rodovias. E aí, sem ter nenhum auxílio, sem ter instrutor profissional, vão aprender como todos aqui aprenderam. Como é que V. Exas. foram dirigir nas rodovias? Foram porque tinham feito auto-escola dentro da cidade e depois passaram, naturalmente, a fazer uma viagem, sem a experiência em rodovia.

Por isso, encaminho contrário ao requerimento do Deputado Antonio Belinati e a favor do projeto.

#### A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedemos a palavra ao próximo e último orador inscrito, Deputado Professor Luizão.

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de pedir a retirada deste requerimento do nobre Deputado Antonio Belinati, porque eu sei que V. Exa. é contra o projeto. Então, vamos deliberar, porque estamos no final do ano, temos algumas Sessões, apenas, provavelmente a tempo de votar a reforma tributária. E V. Exa. sabe muito bem que não estarei aqui no próximo ano convivendo com V. Exas.

Em relação ao meu projeto, o intuito é darmos segurança ao novo motorista que vai pegar a primeira habilitação, porque, como disse muito bem o Deputado Douglas Fabrício e os Deputados que defenderam favoravelmente o projeto, prefiro que o motorista que vai tirar a primeira habilitação, que ele vá para a rodovia acompanhado do instrutor, depois de ter as aulas práticas dentro da cidade, porque na hora em que o motorista tiver a habilitação eu pergunto se estará ou não habilitado para dirigir na rodovia. Ele vai lá, faz os testes, faz o exame prático, vai pegar a sua habilitação e vai estar habilitado para dirigir em rodovia, sem nunca ter tido noção de como é dirigir na rodovia. E os nobres Deputados aqui, que são muito viajados, sabem muito bem que dirigir em uma rodovia é bem diferente do que dirigir em perímetro urbano, e atualmente as auto-escolas ministram aulas práticas exclusivamente no perímetro urbano, sem dar condições ao novo motorista de saber os perigos que significa uma rodovia, de como fazer uma ultrapassagem, de como se portar quando vem aquela carreta atrás, de como entrar em uma curva quando a pista está molhada e de como dirigir à noite.

Então, eu pretendo, com esse projeto, e gostaria de contar com o apoio dos nobres Pares, Deputados Estadu-

ais, para que no Paraná demos um exemplo de iniciativa em dar mais condições para o novo motorista dirigir com segurança. Então, peço aos Deputados que votemos contra o requerimento do Deputado Belinati, já que ele não se dispõe e retirar o requerimento, que nada mais é do que um artifício para não votar contra o projeto. Votando o requerimento, adia, o projeto vai a gaveta e não volta mais aqui. Então, peço aos Deputados que deliberemos, seja a favor ou contra. Respeito, como tenho respeitado a todo momento, as decisões desta Assembléia. Já votei favorável e perdi, já votei contra e perdi, mas também já ganhei. Então, respeitarei com certeza o voto dos nobres Deputados, mas espero realmente que aprovemos o projeto.

Então, eu peço, Deputado Belinati, que o senhor reveja a sua posição para que possamos deliberar. Por isso, peço o voto dos Deputados contra o requerimento apresentado pelo Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, nobre Presidente.

**(Assentimento)**

O Deputado Prefeito Professor Luizão chorou tanto que eu me sensibilizei, porque sou muito emotivo. Conversando aqui com os colegas Deputados, vamos proceder a retirada do requerimento. Agora, conversando com o Deputado Marcelo Rangel, eu indagava: queria saber se tem algum Deputado aqui que seja machão mesmo e que teria a coragem de embarcar em um jato e ir daqui para São Paulo com um piloto aprendiz, mas que tenha um instrutor ao lado: “Pode embarcar no jato que é seguro”. Duvido que alguém iria!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

**Está retirado o requerimento de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati.**

Está em votação o item nº 01 da pauta.

Para encaminhar contrariamente à votação, com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Srs. Deputados e nossa Presidente da Sessão, Deputada Cida Borghetti.

Quero primeiro dizer ao Deputado Professor Luizão que a sua intenção é boa, mas não resolve o problema aprovarmos uma lei que permita que três horas de aula sejam obrigatoriamente feitas em rodovias, para a solução do problema, para que a pessoa se habilite a dirigir em estradas. Isso, na verdade, vai causar mais problemas. Primeiro, as pessoas vão estar em rodovias onde se tem uma velocidade mínima para trafegar que é alta. Em segundo, a lei aprovada na CCJ do Senado diz o quê? A Lei nº 9503: *Artigo 148 A - Será exigido porte de Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos nas rodovias e estradas, salvo nos trechos urbanos dessas vias, onde será facultada a condução por portadores de permissão para dirigir.*

Qual é o argumento que o Senador que a propôs usa? Ele diz que, após um ano de você ter feito o curso de habilitação e ter sido aprovado, você recebe uma permissão para dirigir. E só se torna efetiva depois de um ano, se não cometer nenhuma infração grave, gravíssima, ou repetir duas vezes uma infração média. E ele diz, no seu texto, que é muito problemático, que gera acidentes.

Aprovando essa lei, primeiro vai ferir o Código de Trânsito Brasileiro. Segundo, o risco é muito maior. Ou seja, é muito melhor seguirmos o que diz a proposta no Senado. Por isso, peço voto dos colegas contrários a essa lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Casa registra a visita do Deputado Alberto Keringuele, do país vizinho Paraguai, Presidente da Assembléia Legislativa da província Unhemocu, acompanhado do Deputado Luiz Nischimori. Seja muito bem-vindo a esta Casa, em nome do Presidente Deputado Nelson Justus e dos demais Deputados desta Casa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) **(Pela Ordem)**

Gostaria de comunicar que amanhã às 19h, em Pontal do Paraná, o IBAMA estará realizando uma Audiência Pública para debater o projeto do terminal portuário privado de Ponta do Poço.

Convido todos os Deputados, porque é muito importante a presença de todos nessa Audiência Pública.

Espero que se concretize a construção do terminal portuário privado da Ponta do Poço.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu entendo que já argumentamos o suficiente para poder decidir sobre esse tema. Quanto mais eu ouço o argumento de quem é contra, mais eu me convenço do acerto do projeto proposto pelo Deputado Professor Luizão, porque todos reconhecem que é complexa essa situação do motorista inexperiente dirigir na rodovia. Ele é inexperiente por quê? Porque não teve justamente a qualificação para que pudesse estar capacitado a dirigir e, claro, não expor sua vida, a vida de seus familiares e de outras pessoas em risco, por conta da inexperiência de dirigir em rodovia.

Eu vejo pessoas aqui que são, na verdade, experientes, e fico até me perguntando. Eu deveria ter mais ou menos, Deputado Strapasson, uns 14 anos quando aprendi a dirigir lá na minha querida cidade de Londrina, e meu irmão tinha um sítio em Sertãoópolis e eu, quase todo dia, de caminhonete, fazia o roteiro, com mais ou menos 14 anos. Aprendi a dirigir daquela forma, Deputado Cheida, levando uns tapinhas na orelha quando eu ficava olhando a mudança do câmbio, ao invés de olhar para frente, como ensinava meu irmão Roberto.

O fato concreto é o seguinte: a pessoa tem que ter alguém experiente ao seu lado para aprender a dirigir em rodovia. Ninguém vai sair dirigindo na rodovia, não sabendo dirigir, sem ter alguém ao lado, experiente, que foi a forma que eu aprendi a dirigir na rodovia, Deputado Kielse. Não peguei o carro, sozinho, com a minha habilitação, e saí numa rodovia. Por isso, fico surpreso pelos argumentos que tenho ouvido, aqui, ou seja, pessoas experientes, que conhecem a vida, que sabem que hoje os centros de formação de condutores são compostos por profissionais experientes, experimentados. Ninguém vai sair, Deputado Rangel, numa rodovia a 60 Km/h para ser atropelado por um treminhão, até porque o projeto prevê justamente isso, o motorista que vai estar habilitado para dirigir um treminhão, vai ter que aprender a dirigir na estrada, para poder saber dirigir bem.

O fato concreto é o seguinte: o projeto é inteligente, é oportuno e, mais do que tudo, motorista qualificado dirige muito melhor do que aquele que é inexperiente. Por isso, sou a favor da qualificação, do treinamento daquele que vai ser condutor de veículo.

Claro, todos têm seu livre arbítrio aqui para decidir, mas quero orientar a todos meus companheiros, aqueles que considero muito, aqui, queria que de fato pudessem aprovar este projeto do Professor Luizão. Entendo que este projeto é muito importante para poder fazer com que o motorista paranaense seja muito melhor qualificado e seja experiente. Com isso poderemos diminuir o número de acidentes nas rodovias, porque do jeito que está, cada final de ano, cada feriado prolongado, Deputado Douglas, é triste ver aqueles inexperientes que saem nas estradas, porque nunca saíram antes, nunca tiveram experiência de estrada e acabam pagando um preço muito alto, que é o preço, Deputado Elio Rusch, das suas vidas, dos seus familiares e de terceiros.

Por isso, sou a favor do projeto do Luizão, porque é moderno, é um avanço e é extremamente importante para o estado do Paraná.

Era isso. Obrigada, Sra. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para encaminhar, Sra. Presidente. Vou encaminhar contrariamente ao projeto.

**(Assentimento)**

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que essa discussão não está levando em conta que nas rodovias do estado do Paraná existem cidadãos, existem famílias que viajam por elas. E algumas colocações, me desculpe Deputado Romanelli, de não seguir a sua orientação, porque acho totalmente despropositada a sua argumentação, aprendeu a dirigir com 14 anos, já cometendo um ilícito, aliás, não pode dirigir com 14 anos. Mas, aprendeu a dirigir. O que eu não posso conceber, eu morei aqui no Rebouças, aquelas ruas do Rebouças, podemos sair daqui agora, estão infestadas de veículos de auto-escolas para ensinar noções básicas de dirigir, quer seja dar a partida, soltar a embreagem, soltar

a marcha, frear, ligar pisca-pisca para a direita e para a esquerda, e tantas outras atribuições, pessoas que não sabem dirigir.

Fico imaginando a entrada de Curitiba, com a quantidade enorme que existe de veículos de auto-escolas trafegando em horário de pico, uma pessoa que para arrancar o seu carro faz com que ele sai a pinote e apague. É comum quem não sabe dirigir não soltar a embreagem, o carro apaga. Fico imaginando no meio de uma rodovia o risco que cria para quem esteja por ali trafegando com sua família. Não são possíveis os argumentos que ouço aqui, um pai quando dá uma bicicleta para o seu filho, onde ele leva o seu filho para aprender a andar de bicicleta? Em um parque, em um local que não tenha trânsito. Ou será que o pai tem que ensinar a criança a andar de bicicleta no meio da rodovia para que eventualmente depois ele saiba dirigir quando estiver andando?

Não podemos pôr em risco a vida das pessoas. Quem mora em Capitão Leônidas Marques, Deputado Nereu Moura, que representa aquele município, em uma das rodovias com maior movimento do estado do Paraná, e só tem uma rodovia que passa na frente, caminhões inteiros que vão do Paraná para o Rio Grande do Sul e para Santa Catarina, vamos colocar um motorista que não sabe dirigir? Mas então estamos votando o quê aqui: uma queda de braço ou a preocupação com a vida de quem está aprendendo a dirigir, mas também daquele que está na rodovia? Ou será que temos que pôr também duas ou três horas para ensinar a dirigir no barro, porque eventualmente alguém tira a carteira e tem que dirigir no barro? Ou temos que colocar mais três horas para ele dirigir no centro de uma cidade grande, porque tem semáforo para ele aprender como faz no vermelho e no verde? Não!

Eu imagino, Deputado Belinati, uma pessoa que fica em uma aula, vai dirigir na rodovia. Depois ela vai fazer o teste e roda, não está apta a dirigir. No entanto, já ficou três horas em cima de uma rodovia de movimento, pondo em risco a vida de todo mundo. Se ele não sabe dirigir, se ele não vai passar no teste, não vai passar no curso, como ele pode ter dirigido antes em uma rodovia? E se algum de nós estiver, eventualmente, transitando por uma rodovia com a família, e uma pessoa que não sabe dirigir apertar o freio por confusão e você vem atrás e entra em cima desse veículo, a culpa é de quem? A culpa, indiretamente, será nossa, que mesmo sob o intuito de aprender estaremos colocando nas rodovias pessoas que nem carteira têm ainda. E não pensem que é um, são centenas, milhares, por dia, que estão praticando para tirarem as suas carteiras e estarão espalhados pelo Paraná inteiro, pondo em risco as pessoas.

Não tenho porquê ser contra o seu projeto, Deputado Luizão. Não é um projeto que beneficia empresas, nem nada. É um projeto que V. Exa. teve a boa vontade por ele, apenas tencionando fazer com que as pessoas tenham melhor preparação. Mas, dá licença, também por solidariedade, por companheirismo, por sermos do mesmo bloco, não posso ficar quieto contra um risco que

estamos fazendo, de colocar na entrada da cidade uma quantidade sem limite de veículos, de pessoas desautorizadas a dirigir.

Sra. Presidente, deixo uma pergunta no ar: se acontecer um acidente com a pessoa que está na rodovia e ela não tem carteira de motorista, de quem será a responsabilidade? Quem vai responder pelo acidente causado, se nem motorista ele é e já está em uma rodovia dirigindo?

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente?

**(Assentimento)**

Deixar aqui no ar, para o proponente do projeto: os caminhões e as motocicletas também estão incluídas nesse projeto? Sim.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, Srs. Deputados. Professor Luizão, dar o meu voto favorável a V. Exa. Discordar do Deputado Caíto Quintana. Não vou votar em V. Exa. porque é companheiro e vai ser Prefeito de Pinhais. Vou votar, porque acho que o seu projeto é correto.

Vi alguém dizer, aqui, que ninguém dirige aos 12 anos. Duvido que algum Deputado que esteja aqui não tenha guiado aos 10, 12 anos, nem que fosse em casa. Guiei desde os 10, 11. Ensino meus filhos, em casa, a guiar desde os oito anos e todos eles têm boa noção em direção. Tenho um menino de oito anos que está fazendo Kart, devido ao ensinamento que teve em casa.

Se a pessoa não for treinada para ir para a rodovia, ela irá do mesmo jeito. Depois que ela pegar a carteira, vai para a rodovia, sem instrução. Está correto que ela tenha a instrução na rodovia. Senão é pior, porque ela irá apenas com a instrução na cidade. Os instrutores são preparados e acredito neles. Até hoje, Sra. Presidente, não vi nenhum acidente - todo dia na rádio, na nossa região, falamos dos acidentes e raramente ouvi falar de um acidente envolvendo uma auto-escola. Porque o instrutor que está ao lado é treinado, capacitado e tem o controle e o comando do carro também, através dos equipamentos. Prefiro que ele vá para a rodovia com o técnico, do que ir sozinho apenas porque aprendeu na cidade.

Vou votar a favor, pela convicção que tenho, que faz muito bem aprender. Essa coisa de dizer que ninguém aprende guiando desde pequeno, não é verdade. Todo mundo é rebelde e guia uma bicicleta, uma moto, um carinho e depois o carro do pai. É bom que isso seja feito com responsabilidade, com o pai ensinando, uma filha ou um filho. Quando você pega um profissional, uma pessoa competente, sabe o que está fazendo, está preparado,

vamos ter pessoas preparadas nas rodovias. As auto-escolas escolhem os melhores lugares para treinamento. Há rodovias mais calmas. Há muito motorista barbeiro, hoje, porque nunca foi para rodovia e tem medo.

Deputado Luizão, não é porque V. Exa. vai ser Prefeito, V. Exa. fez um projeto bacana e o seu projeto, para mim, é de respeito a quem faz o comando dos carros. Estou dando um voto de louvor a quem instrui, a quem dirige, ao professor como um professor de salas de aula que ensina os nossos filhos. Por isso sou favorável e quero dizer que guio desde os 10 anos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo inscrito, com a palavra Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, meu encaminhamento será breve favorável ao projeto de lei do Professor Luizão. Vejo-me obrigado a concordar aqui com algumas das ponderações feitas pelo eminente Deputado Jocelito Canto.

Se atualmente a legislação vigente no país determinasse que só pode guiar um veículo em rodovia aquele que já tem um ano de experiência, acho que seria desnecessário o projeto do Deputado Professor Luizão e nós poderíamos abrir mão dessa lei.

Agora, na atualidade, o que vem acontecendo no nosso país é que pessoas acabam de tirar a carteira de motorista e, sem o menor preparo, dirigem-se para a estrada. Muitas vezes jovens com 18 anos recém completados, assim que tiram a carteira, sem a mínima experiência, já pegam o carro para ir ao Litoral, à chácara de um amigo, para levar uma namorada em outro município, sem experiência de dirigir nas rodovias.

Já que a lei existente hoje neste país não estabelece um tempo mínimo de experiência para que a pessoa possa ir para a estrada, melhor que esse jovem, quando for fazer o curso com pessoas especializadas, com instrutores das auto-escolas, já adquira conhecimento, experiência, inclusive adquira segurança, porque muitas vezes a pessoa que comete uma imprudência, comete por irresponsabilidade. Mas, também existem aqueles motoristas que recém tiraram a carteira, que cometem acidentes por medo, por insegurança.

Então, acredito que essa experiência é positiva. O meu encaminhamento é favorável e temos que zelar, sim, por mais segurança no nosso trânsito. Eu, como Presidente da Comissão de Saúde nesta Casa, jamais poderia votar contra um projeto importante, um projeto positivo como este.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)**

Nos carros não tem piloto automático, precisa de um bom motorista. E para ser um bom motorista precisa ter um bom treinamento. E por isso venho defender o projeto do Deputado Professor Luizão, com um bom treinamento, na mão de um profissional, preparar bem os motoristas. A forma de reduzir os acidentes de trânsito é investir na capacitação, no preparo.

Se a pessoa não aprende a dirigir numa rodovia através de um auxílio de uma preparação de um instrutor de auto-escola, ela vai ser obrigada a aprender sozinha. Aí, a pessoa aprende, como muitos aqui, sozinha. Foram para as rodovias enfrentando os riscos de sofrer acidente e também fazer com que acidentes aconteçam. Portanto, o projeto do Professor Luizão, no meu entender, e por isso peço o voto de apoio para esse projeto é meritório, é importante e vai ajudar, se dúvida alguma, a preparar mais as pessoas para dirigirem nas rodovias e salvar vidas.

Era isso, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Não havendo mais oradores inscritos, vamos proceder a votação no painel eletrônico, a pedido do Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

**(Pausa)**

Trinta e quatro senhores Deputados presentes.

Vinte e seis senhores Deputados votaram com a expressão SIM.

Sete com a expressão NÃO.

**Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Redação Final****ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionadas, e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 126/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, nos casos de óbito de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionados, e dos casos de óbitos neonatais, que ocorre até 01 (um) mês de vida, quando atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados no Estado do Paraná.

Art. 2º Os casos de óbitos de mulheres compreendem aqueles decorrentes do estado gravídico-puerperal.

Art. 3º As informações fornecidas à Secretaria de Estado da Saúde serão organizadas e processadas em banco de dados próprios, com o objetivo de possibilitar a formulação de conclusões e diagnósticos a serem utilizados em ações de medicina preventiva.

Art. 4º O infrator às prescrições desta lei fica sujeito às seguintes penas:

I - advertência, a fim de sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, e findo o prazo;

II - multa no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), duplicando-se em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O valor da multa constante deste artigo deverá ser corrigido monetariamente, a cada 12 (doze) meses, por índice oficial a ser definido em regulamento, a partir da publicação desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro nesta capital. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 461/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro nesta capital

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/11/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

**3ª Discussão****ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CICT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRE-

CIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DE  
PLENÁRIO APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o substitutivo. **Aprovado.**

Em votação o projeto na forma do substitutivo.  
**Aprovado.**

## 2ª Discussão

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Produtores de Cebola - APACE, com sede e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã - ACEI, com sede e foro no município de Ibiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL) (**Publ. no DA nº 143/07, de 06/11/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 789/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estado e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem*

*projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, à sua escolha, por legislatura:*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através de Emenda Modificativa Corretiva anexa, proposta pelo autor.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 789/08

P A R E C E R :

Art. 1º A redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 789/07, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto.”

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Ney Leprevost.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração se faz mister ante a constatação do local de nascimento do homenageado ser a cidade de Ourinhos, estado de São Paulo, adequando-se desta forma a titulação de Cidadão Honorário do Paraná, permanecendo as justificativas concernentes ao vasto currículo do Desembargador José Augusto Gomes Aniceto.

Informo aos Srs. Deputado que a votação será nominal e portanto será feita no painel eletrônico.

Em votação o projeto.

(Pausa)

Trinta e dois senhores Deputados presentes.

Trinta e um votaram com a expressão SIM.

**Portanto, por unanimidade está aprovado.**

O SR. NEY LEPREVOST (**Pela Ordem**)

Agradecer aos nobres Deputados, pela justa homenagem ao eminente Desembargador José Augusto Gomes Aniceto e, evidentemente, estaremos falando de todo o currículo e trajetória dele na data em que for marcada a entrega desse título.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

# ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de direitos de uso de imóvel, situado nesta Capital, para a Associação Beneficente Renascer. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 127/08, de 28/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 447/08

**P A R E C E R :**

O projeto de lei sob análise nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do ilustre Deputado Nelson Justus, propõe prorrogar o prazo relativo a cessão de direitos de uso de imóvel de propriedade do estado à Associação Beneficente Renascer, situada nesta capital.

A necessidade da apresentação do referido projeto de lei deve-se ao fato de que o prazo concedido para utilização do imóvel descrito no artigo 2º da Lei nº 12217/98, expira no próximo dia 12 de dezembro e os relevantes serviços prestados pela entidade cessionária à sociedade não poderão ter solução de continuidade.

Em cumprimento às condições estabelecidas no artigo 10 da Constituição Estadual, para efeito de permitir a cessão de bens imóveis do estado a entes privados, consta nos autos do projeto que a entidade cessionária, de natureza benemerente, foi declarada de utilidade pública através da Lei nº 11233/95. No texto da proposta consta cláusula proibitória da transferência do imóvel a terceiro e da sua utilização para fins diversos daqueles que constituem a atividade fim da Associação Beneficente Renascer - que é a reabilitação e socialização de pessoas portadoras de necessidades especiais - sob pena de imediato encerramento da cessão de uso do imóvel.

A guarda, proteção e conservação do imóvel são de inteira responsabilidade da cessionária, conforme previsão que consta do parágrafo 2º, do texto proposto.

Abaixo transcrição do artigo 10 da Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

Ante o exposto e respeitados os pressupostos constitucionais, legais e regimentais sobre a matéria, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta parecer favorável à proposta de lei.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) **DURVAL AMARAL** - Presidente  
**VALDIR ROSSONI** - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 447/08

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de direitos de uso de imóvel, situado nesta capital, para a Associação Beneficente Renascer.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de prorrogar a cessão de direitos de uso do imóvel para uma associação que realiza magnífico trabalho junto à comunidade da região metropolitana de Curitiba.

Isto posto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 01/12/08.

(aa) **MARCELO RANGEL** - Presidente  
**DOBRANDINO DA SILVA** - Relator

# ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de novembro de 2008, Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(a) **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Apoioamento:

Edson Strapasson, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Douglas Fabrício, Reni Pereira e Plauto Miró.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
PROPOSIÇÃO Nº 078/08

**P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 078/08, prestando contas da



verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2008, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

A matéria foi estudada com o devido empenho e pelo que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da proposição supra mencionada, e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, decide este Relator pela aprovação das mesmas, pois atendem a regulamentação ora em vigor.

Pelo exposto, este Relator conclui pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

### **Requerimentos**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3750, de autoria do Deputado Doutor Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3691, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3744, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3743, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, apenas para registrar que não é um artigo, é o edital do jornal Folha de Londrina desse último domingo, dia 07.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Informo V. Exa. que no texto encaminhado à Mesa está artigo.

Requerimento nº 3738, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3693, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3697 a 3702, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3739, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3682 a 3690, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3694 e 3695, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3737, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3741 e 3748, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3745 e 3746, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3747, de autoria da Deputada Cida Borghetti e dos Deputados Felipe Lucas e Edson Strapasson, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3740, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 218, 464 e 491/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 789/07; 447/08 e do Projeto de Resolução nº 022/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 125, 153 e 441/08.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

#### ***Portarias***

PORTARIA Nº 0291/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10895, datado de 28/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 15/09/08 com término em 07/01/09, CID. 10 L4-L5 e L5-S1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/12/08.  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0292/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10259, datado de 13/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

suspender a servidora deste Poder Legislativo, ONI RIBAS BUENO, matrícula nº 40705, por 01 (um) mês, com fulcro no artigo 285, inciso XV, e artigo 293, inciso III, ambos da Lei nº 6174/70, tendo em vista sua ausência ao trabalho, sem causa justificada, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/12/08.  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0295/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 9553, datado de 30/10/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar em favor de ELIANE JAENSCH ZWETSCH, matrícula nº 40120, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-01, 06 (seis) meses, para todos os efeitos legais, relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/12/08  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0296/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10289, datado de 17/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar em favor de CLEMAIR MARQUES, matrícula nº 40923, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-01, 06 (seis) meses, relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/12/08  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## ***Atas de Comissão***

### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Reni Pereira, Dr. Batista e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 433/07 de autoria do Deputado

Edgar Bueno. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 441/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 463/07 de autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 465/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Proposição de Veto nº 029/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 547/03 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 345/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 373/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 480/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 483/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 484/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 486/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 496/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 497/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 498/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 505/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 509/07 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 529/07 de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 531/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti - Altera dispositivos da Lei nº 14223/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 462/07 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer do Deputado Professor Luizão pela devolução da matéria ao autor - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Luiz Malucelli, Ribas Carli Filho e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, após dispensa de leitura a pedido do Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 140/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 485/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 193/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 310/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti - Altera dispositivos da Lei nº 083/98 - Região Metropolitana de Maringá. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano e Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 452/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 472/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 474/07 de autoria do Deputado Rui Hara. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 476/07 de autoria do Deputado Rui Hara. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 477/07 de autoria da Bancada do PT. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 490/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado da Fazenda e Educação DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 495/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO. O Deputado Nereu Moura requer preferência de votação ao Projeto de

Lei nº 512/07. O Sr. Presidente coloca em discussão o requerimento, onde diversos Srs. Deputados usam da palavra. De acordo com o avançado da hora, o Sr. Presidente declara encerrada a presente reunião marcando uma reunião extraordinária para o dia seguinte. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 512/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk SOLICITA VISTAS - CONCEDIDOS pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 192/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 272/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA, junto à Secretaria de Estado da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 390/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 288/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 429/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 468/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, lido pelo Deputado Luiz Malucelli; 08) Projeto de Lei nº 482/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 485/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes, na forma de emenda aditiva anexa - APROVADO; 10) Pro-

jeto de Lei nº 491/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 503/07 de autoria do Deputado Dr. Batista - Altera dispositivos da Lei nº 12327/98 - Despachantes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 507/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 511/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 525/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 537/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 538/07 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 559/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 18) Proposição de Veto nº 059/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 528/96 de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Aníbal Khury. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 19) Proposição de Veto nº 061/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 113/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 20) Proposição de Veto nº 062/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 1672/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Valdir Rossoni, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Proposição de Veto nº 063/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 184/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 22) Proposição de Veto nº 064/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 213/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 23) Proposição de Veto nº 065/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 241/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 24) Proposição de Veto nº 066/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 222/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Francisco Bühler, lido pelo Deputado Luiz Malucelli -

APROVADO; 25) Proposição de Veto nº 069/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 068/07 de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 26) Proposição de Veto nº 070/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 239/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 27) Proposição de Veto nº 071/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 249/07 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 28) Proposição de Veto nº 072/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 246/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Valdir Rossoni, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Proposição de Veto nº 073/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 059/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 30) Proposição de Veto nº 074/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 108/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 31) Proposição de Veto nº 075/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 065/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 32) Proposição de Veto nº 076/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 257/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 33) Proposição de Veto nº 078/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 083/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Malucelli - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 522/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda, lido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk; 35) Projeto de Lei nº 523/07 de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e outros. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 546/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 37) Proposição de Veto nº 085/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 396/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 38) Proposição de Veto nº 087/07 de autoria do Poder Execu-

tivo - Veta o Projeto de Lei nº 405/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 289/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 317/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 353/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 457/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 530/07 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 535/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 550/07 de autoria do Deputado Luiz Malucelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 562/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 563/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 534/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 570/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 571/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda supressiva anexa - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 573/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda aditiva anexa - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 553/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 029/07 e aos Projetos de Lei nºs 693/07 e 696/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Resolução nº 029/07 de autoria da Comissão Executiva. O Sr. Presidente passa a presidência ao Deputado Nereu Moura, para que possa relatar a presente matéria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral na forma das emendas modificativas, supressivas e aditivas anexas - APROVADO. O Sr. Presidente Nereu Moura devolve a presidência ao Deputado Durval Amaral; 02) Projeto de Lei nº 693/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins a todas as emendas de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 696/07 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 193/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 279/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni na forma da sub-emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 435/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 514/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Mauro Moraes SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 520/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Nereu Moura, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto às Secretarias de Estado do Turismo e do Meio Ambiente - DEFERIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 560/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 677/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 677/07 de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Marcelo Rangel e Professor Luizão sugerem que seja feita uma Audiência Pública sobre o referido Projeto de Lei - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 561/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo

Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 675/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 052/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 590/07 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda substitutiva anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 637/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 661/07 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda aditiva anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 684/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 685/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda aditiva anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 690/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 701/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 709/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 710/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 711/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda aditiva anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 712/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 718/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 661/07 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de votação à Proposição de Veto nº 079/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 27) Proposição de Veto nº 079/07 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 737/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 219/08 de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, acolhendo o voto em separado do Deputado Tadeu Veneri, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 313/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 425/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 433/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Duílio Genari SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 438/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 439/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 441/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 447/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Tadeu Veneri; 10) Projeto de Lei nº 450/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 451/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 453/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana -

APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 456/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 473/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 477/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 047/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Nereu Moura SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 375/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Nereu Moura SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 390/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma de emenda substitutiva anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 421/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 422/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 423/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 424/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 218/08 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 719/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 226/08 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 464/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 491/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 492/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

